

**UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO**

**VIVIANE APARECIDA DE ABREU GOES**

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM OLHAR PARA O  
ENDIVIDAMENTO FAMILIAR**

BAURU  
2016

**VIVIANE APARECIDA DE ABREU GOES**

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM OLHAR PARA O  
ENDIVIDAMENTO FAMILIAR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração, como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Administração, sob a orientação do Prof. Esp. Wander Cavalcante Garcia.

BAURU  
2016

Goes, Viviane Aparecida de Abreu

G598e

Educação Financeira: um olhar para o endividamento familiar / Viviane Aparecida de Abreu Goes. -- 2016.

60f. : il.

Orientador: Prof. Esp. Wander Cavalcante Garcia.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade do Sagrado Coração – Bauru – SP.

1. Educação Financeira. 2. Endividamento. 3. Finanças Pessoais. 4. Planejamento Financeiro. I. Garcia, Wander Cavalcante. II. Título.

**VIVIANE APARECIDA DE ABREU GOES**

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM OLHAR PARA O ENDIVIDAMENTO  
FAMILIAR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração, como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Administração, sob a orientação do Prof. Esp. Wander Cavalcante Garcia.

Banca examinadora:

---

Prof. Esp. Wander Cavalcante Garcia  
Universidade do Sagrado Coração

---

Profa. Me. Elisabete Aparecida Zambelo  
Universidade do Sagrado Coração

---

Profa. Esp. Elza Socorra Yamada Inoue  
Universidade do Sagrado Coração

Bauru, 13 de junho de 2016.

Dedico este trabalho aos meus pais Cleonice e Amaurilio e ao meu irmão Vinicius, que sempre me apoiaram e me ajudaram todos os dias para que fosse possível a minha formação e a realização deste sonho.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus, pela proteção de todos os dias, pela saúde, por me permitir chegar até aqui, pela possibilidade de conhecimento e pela vivência de tantas experiências que me fizeram crescer como pessoa e profissional.

À minha mãe, por me mostrar a importância do estudo, por me apoiar e guiar em minhas escolhas, nunca me deixando sozinha, sempre se pondo à minha disposição em qualquer necessidade. E ao meu pai Amaurilio, pela oportunidade e incentivo para a minha formação.

Aos meus amigos, por todos os conselhos, risadas e aprendizado que ficarão para sempre em minhas memórias, pessoas especiais e fundamentais para meu crescimento pessoal e profissional. Agradeço à Aline Lopes, Evelyn Robles, Gabrieli Rios, Kethyllen Nunes, Luiz Flavio, Milena Amaral e Paulo Vitor. Em especial, agradeço à Thais Inácio, amiga que dividiu comigo experiências e aprendizados: que nossa amizade cresça e se fortaleça a cada dia mais.

Ao meu orientador e professor Wander Cavalcante Garcia, agradeço pela orientação, apoio e ensinamentos para a elaboração deste trabalho.

A Universidade do Sagrado Coração (USC), por tornar esse sonho realidade, assim como todos os professores que contribuíram para a minha formação.

“Educação não transforma o mundo.  
Educação muda pessoas. Pessoas  
transformam o mundo.” (Paulo Freire).

## RESUMO

O tema educação financeira vem crescendo a cada ano, dado que se tem percebido a importância dessa iniciativa para o desenvolvimento dos países e de seus habitantes. O presente trabalho teve como objetivo analisar a importância da educação financeira a cerca do endividamento familiar, abordando compreender as decisões de consumo, investimento e poupança frente à relevância do planejamento financeiro pessoal. Fazendo o uso de pesquisa exploratória de dados secundários e pesquisa bibliográfica, o trabalho pretende demonstrar a eficácia da educação financeira no sentido de fazer com que os indivíduos se tornem mais preparados diante dos vários produtos financeiros existentes no mercado e se tornem consumidores mais conscientes e responsáveis. O presente estudo buscou responder o seguinte problema: O desemprego é o principal vilão para o endividamento pessoal e familiar? Através do impacto que a educação financeira tem juntamente aos mercados financeiros, da economia em geral, na vida das famílias ao combate ao endividamento é abordado o assunto, bem como o papel dos múltiplos agentes no processo. Diante disso, o estudo concluiu que a falta de educação financeira sugere que os indivíduos e famílias estão mais propensos ao endividamento e levam principalmente a realizar gastos desnecessários.

**Palavras-chave:** Educação Financeira. Endividamento. Finanças Pessoais. Planejamento Financeiro.

## **ABSTRACT**

The financial education theme is growing every year, since it has realized the importance of this initiative for the development of countries and their inhabitants. This study aimed to analyze the importance of financial education about household debt, approaching understand consumer decisions, investment and savings across the relevance of personal financial planning. Making use of exploratory research of secondary data and literature, the work aims to demonstrate the effectiveness of financial education in order to make individuals become more prepared on the various existing financial products on the market and become more conscious consumers and responsible . This study sought to answer the following problem: Unemployment is the main villain for personal and household debt? Through the impact that financial education is coupled to the financial markets, the economy in general, in family life to fighting debt is approached the subject as well as the role of multiple agents in the process. Thus, the study concluded that the lack of financial education suggests that individuals and families are more prone to debt and lead mainly to perform unnecessary expenses.

**Keywords:** Financial education. Indebtedness. Personal finances. Financial planning.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – As premissas básicas do planejamento .....	30
Figura 2 – Taxa de Desocupação – Brasil – 2012/2016.....	42
Figura 3 – Nível da Ocupação – Brasil – 2012/2016 .....	43
Figura 4 – Comprometimento com dívidas – tempo x renda.....	45
Figura 5 – Percepção de endividamento.....	46
Figura 6 – Tipos de dívida - por salário mínimo .....	47
Figura 7 – Causa da inadimplência dos brasileiros .....	49
Figura 8 – Comparação dos indícios do endividamento entre as pesquisas realizadas .....	51

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais indicadores – faixa de renda .....	44
Tabela 2 – Tipos de dívida – 2010-2015 .....	47

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais

BB – Banco do Brasil

BCB – Banco Central do Brasil

BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros

BOA VISTA SCPC – Boa Vista Serviço Central de Proteção ao Crédito

CAIXA – Caixa Econômica Federal

CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

CNSeg – Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

CNSP Conselho Nacional de Seguros Privados

CONEF – Comitê Nacional de Educação Financeira

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira

Febraban – Federação Brasileira dos Bancos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INdef – Indicador de Educação Financeira

OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico

Peic – Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar

SFN – Sistema Financeiro Nacional

SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1	OBJETIVO GERAL.....	13
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	13
1.3	JUSTIFICATIVA.....	14
1.4	PROBLEMA DE PESQUISA.....	14
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>15</b>
<b>3</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>16</b>
3.1	CONCEITUAR EDUCAÇÃO FINANCEIRA .....	16
3.2	EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL.....	20
3.2.1	<b>Banco Central do Brasil (BCB).....</b>	<b>20</b>
3.2.2	<b>Comissão de Valores Mobiliários (CVM) .....</b>	<b>21</b>
3.2.3	<b>Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)...</b>	<b>22</b>
3.2.4	<b>Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).....</b>	<b>23</b>
3.2.5	<b>Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).....</b>	<b>24</b>
3.2.6	<b>Serasa Experian.....</b>	<b>25</b>
3.2.7	<b>Bolsa de Valores, Mercadorias &amp; Futuros (BM&amp;FBOVESPA).....</b>	<b>26</b>
3.2.8	<b>Instituições Financeiras .....</b>	<b>27</b>
3.2.8.1	<i>Banco do Brasil.....</i>	<i>27</i>
3.2.8.2	<i>Caixa Econômica Federal.....</i>	<i>28</i>
3.2.8.3	<i>Bradesco.....</i>	<i>29</i>
3.3	PLANEJAMENTO .....	29
3.3.1	<b>Planejamento Financeiro .....</b>	<b>31</b>
3.3.2	<b>Planejamento Financeiro Pessoal.....</b>	<b>32</b>
3.4	DECISÕES DE CONSUMO, POUPANÇA E INVESTIMENTO .....	34
3.4.1	<b>Consumo .....</b>	<b>34</b>
3.4.2	<b>Caderneta de Poupança e Investimento .....</b>	<b>37</b>
3.5	ENDIVIDAMENTO .....	38
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>41</b>
4.1	O DESEMPREGO E O ENDIVIDAMENTO .....	41
4.1.1	<b>Pesquisa CNC .....</b>	<b>43</b>
4.1.2	<b>Pesquisa BCB .....</b>	<b>48</b>
4.1.3	<b>Pesquisa Serasa Consumidor .....</b>	<b>49</b>
4.1.4	<b>Pesquisa Boa Vista SCPC.....</b>	<b>50</b>
4.2	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	50
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>54</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>56</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Crise é a palavra que mais se ouve e se vê nos telejornais e noticiários brasileiros. Que a economia brasileira não está bem, todo mundo sabe, mas a pergunta é: de que forma podemos nos preparar para levar o país de volta aos rumos do crescimento?

A preparação começa quando os indivíduos e famílias necessitam compreender um complexo conjunto de informações formais que propiciem maior crescimento, tanto a nível econômico como a nível individual. Tais informações já se encontram no cotidiano das famílias brasileiras: optar por qual instituição financeira ao abrir uma conta, pela marca do eletrodoméstico, pela compra de produtos e serviços ou pela boa administração financeira pessoal.

Países que valorizam o trabalho, a iniciativa empreendedora e investem em educação, tem sua população prospera e o comércio ativo fazendo o dinheiro circular na economia o que realimenta e traz mais prosperidade ainda. Uma economia ativa e produtiva gera muitos empregos e pessoas com emprego consomem produtos e serviços e pagam impostos para que o governo invista no bem estar da sociedade e na infra-estrutura do país para alavancar a economia. É um círculo de prosperidade onde todos ganham. Empresas, pessoas e o governo. (MELO, 2011, p. 63).

Desse modo, a educação financeira vem com o intuito de informar acerca dos produtos financeiros e trabalhar a importância das finanças pessoais, a fim de, obter consumidores mais informados, e com maiores conhecimentos financeiros voltam a tomar decisões mais acertadas nas escolhas dos seus produtos, fortalecendo o mercado.

Famílias de todos os níveis de rendas partilham as mesmas aspirações. Ter qualidade de vida nos itens básicos de saúde, alimentação e educação, adquirir a casa própria e planejar a aposentadoria. Assim, a educação financeira tem recebido grande destaque nos últimos anos, como um dos fatores fundamentais a fim de garantir melhor qualidade de vida no presente, conforto no futuro, uma vida financeira saudável e equilibrada. Objetivando para essas famílias o recurso do conhecimento em finanças pessoais, para que possam conquistar habilidades e assim realizarem seus objetivos.

Ao longo deste trabalho foram abordadas as iniciativas sobre o desenvolvimento do conhecimento em finanças pessoais, realizando um

levantamento dos principais órgãos e entidades governamentais, instituições financeiras e segmentos da iniciativa privada que contribuem para a formação de uma sociedade alfabetizada financeiramente. Neste trabalho, o termo educação financeira e finanças pessoais são tratados como equivalentes, pois se entende que ambos trabalham como um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento nos indivíduos e sociedade.

É evidente que no Brasil o crescente contingente de pessoas desempregadas é um fator preocupante para a estabilidade da economia. Visto que o Brasil hoje se encontra em crise é importante abordar as causas do endividamento.

Ao levantar informações a cerca do endividamento, constatou-se um grande número de famílias endividadas que possuem contas em atraso e que não conseguem pagar suas dívidas e, portanto, permaneceriam inadimplentes. Outro ponto importante neste estudo é que a principal dívida da grande parcela das famílias brasileiras se encontra no cartão de crédito.

Por fim, a educação financeira é fundamental na sociedade brasileira, visto que influência nas decisões financeiras como de consumo, investimento e poupança dos indivíduos e das famílias. Desse modo, torna-se necessário ampliar a visão sobre o assunto e discutir sobre a vertente do endividamento familiar, buscando compreender no contexto atual a relação entre pessoas endividadas e o desemprego.

## 1.1 OBJETIVO GERAL

Este trabalho tem como objetivo destacar a importância da educação financeira com o propósito de obter conhecimento para a tomada de decisões financeiras de consumo, poupança e investimento, e ao mesmo tempo obter informações acerca do endividamento familiar, propiciando a colaboração no processo de desenvolvimento econômico do país.

## 1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Conceituar educação financeira, planejamento financeiro e endividamento;

- b) Analisar a importância da educação financeira para a economia do país e para o indivíduo;
- c) Levantar informações sobre o endividamento familiar;
- d) Analisar a relação do endividamento com o desemprego no atual cenário econômico do país.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

A rápida evolução dos mercados financeiros e a crescente oferta de novos produtos financeiros resultam de uma sociedade e pessoas preparadas para lidar com situações complexas do mercado financeiro. Considerando o grande número dos variados produtos financeiros tais como: cartão de crédito, financiamentos, cheque especial, fundos de investimento, entre outros.

A educação financeira permite o crescimento de habilidades na gestão de finanças pessoais, uma vez que as pessoas tenham sua vida afetada pelas decisões que toma ao longo do tempo, isso se aplica principalmente ao endividamento, em que escolhas erradas implicam na restrição do crédito pessoal. Tal habilidade contribui para que haja maior associação entre pessoas e sociedade, propiciando bem-estar, além disso, pessoas bem informadas ajudam a criar um mercado mais competitivo e eficiente.

### 1.4 PROBLEMA DE PESQUISA

Diante do exposto objetivo e justificativa surge o seguinte problema de pesquisa – o desemprego é o principal vilão para o endividamento pessoal e familiar?

## 2 METODOLOGIA

O presente estudo utilizou como referência, quanto aos objetivos, a pesquisa exploratória. De acordo com Severino (2007, p. 122), a pesquisa exploratória “busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim seu campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”.

O objetivo da pesquisa exploratória é situar-se em um problema sobre o qual o pesquisador não tem informações ou conhecimentos suficientes para elaborar hipóteses pertinentes ou para traçar estratégias mais sofisticadas que permitam atingir objetivos precisos. (MIGUELES, 2004, p.135).

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa bibliográfica foi utilizada como fontes de dados secundários. Publicações sobre o tema serviram de suporte para a coleta de dados. Para Marconi e Lakatos (2009, p. 43), a pesquisa bibliográfica “trata-se de levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto [...]”.

Quanto aos quadros informativos, foram coletados com base em dados fornecidos através de pesquisas em livros, artigos e reportagens em meios eletrônicos, revistas da área que tratam sobre o tema abordado.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

#### 3.1 CONCEITUAR EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A rápida evolução do mercado financeiro e a crescente oferta de novos produtos exige que o indivíduo detenha conhecimento sobre educação financeira. A inovação e a globalização permite acesso a um leque crescente de produtos e serviços financeiros, o que evidencia a preocupação de tomar as melhores decisões, já que o desconhecimento das tantas opções que se mostrem acessíveis submete a riscos e fraudes. Dentro deste aspecto, Pinheiro (2008) determina que o desconhecimento financeiro pode submeter uma pessoa desinformada a dívidas excessivas, empréstimos predatórios, investimentos equivocados, taxas de juros irracionais e outras práticas enganadoras.

Para entender o significado e a importância da educação financeira na vida da sociedade, é essencial ter uma clara definição de seu significado. Para a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico – OCDE (2005 apud ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, 2016a), a Educação Financeira é definida como:

[...] o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com a informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consciente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro.

Para Amadeu (2009, p. 25):

[...] o conceito de Educação Financeira é mais abrangente e pode ser entendido como um processo de construção de conhecimento que permite o aprimoramento da capacidade financeira dos indivíduos, de tal forma que esses possam tomar decisões fundamentadas e seguras, tornando-se mais integrados à sociedade, dotados de uma postura pró-ativa na busca de seu bem-estar.

Com base na definição da OCDE (2005 apud ENEF, 2016a), a educação financeira objetiva formar cidadãos conscientes, capazes e livres para tomarem as

melhores decisões que envolvem as oportunidades e riscos financeiros e permitelhes tomar decisões quanto à utilização de produtos financeiros. A educação financeira pode desempenhar um papel crucial para ajudar os cidadãos a gerirem e preservarem os recursos que possuem e a trabalharem para atingir seus objetivos econômicos.

De acordo com Greenspan (2002, apud AMADEU, 2009, p. 20), a educação financeira pode ser muito útil aos indivíduos, no sentido de:

[...] dotar os indivíduos com conhecimento financeiro necessário para elaborar orçamentos, iniciar planos de poupança, e fazer investimentos estratégicos auxiliando nas tomadas de decisões. O planejamento financeiro pode ajudar as famílias a cumprirem suas obrigações a curto prazo e a longo prazo, e maximizar seu bem estar e é especialmente importante para as populações que tem sido tradicionalmente sub-atendidas pelo nosso sistema financeiro.

A OCDE (2006) declara que a educação financeira pode beneficiar todas as pessoas, independentemente do nível de renda. Para os jovens, ela pode ser uma ferramenta básica de planejamento e poupança de modo que eles consigam controlar suas despesas e dívidas. Para a família, ajudar a ter disciplina na hora de poupar, dando oportunidade de conseguir um planejamento financeiro eficiente para a educação dos filhos, o plano de saúde e uma vida mais confortável. Já os idosos podem ser beneficiados de modo que sejam capazes de ter uma poupança suficiente para uma aposentadoria tranquila, e habilidades necessárias para investimentos, garantindo conforto e segurança.

De acordo com Braunstein e Welch (2002, apud VIERA; BATAGLIA; SEREIA, 2011, p. 64) além do benefício pessoal, a educação financeira favorece o melhor desenvolvimento do mercado financeiro, uma vez que o estimula a oferecer melhores serviços.

[...] participantes informados ajudam a criar um mercado mais competitivo e eficiente. Consumidores conscientes demandam por produtos condizentes com suas necessidades financeiras de curto e longo prazo, exigindo que os provedores financeiros criem produtos com características que melhor correspondam a essas demandas. (BRAUNSTEIN; WELCH, 2002 apud VIERA; BATAGLIA; SEREIA, 2011, p. 64).

A OCDE incentiva a elaboração e execução de projetos e programas sobre a educação financeira não apenas nos países que a compõem, mas também em

outros países. Para que esse tipo de programa aconteça, a entidade definiu alguns princípios e recomendações para a boa aplicação da Educação Financeira. Esses princípios foram agrupados e descritos por Saito, Savoia e Petroni (2006, p. 5):

1. A educação financeira deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares.
2. Os programas de educação financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, se adequarem à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e economia. Os indivíduos que estão para se aposentar devem ser cientes da necessidade de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses.
3. O processo de educação financeira deve ser considerado, pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e a estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor.
4. O envolvimento das instituições financeiras no processo de educação financeira deve ser estimulado, de tal forma que adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente nos negócios de longo prazo e naqueles que comprometam expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores.
5. A educação financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados e a crescente complexidade das informações que os caracterizam.
6. Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais de estímulo à compreensão dos indivíduos quanto à necessidade de buscarem a capacitação financeira, bem como o conhecimento dos riscos envolvidos nas suas decisões. Além disso, precisam ser criados sites específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública.
7. A educação financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo precocemente.
8. As instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar que os clientes leiam e compreendam todas as informações disponibilizadas, especificamente, quando forem relacionadas aos negócios de longo prazo, ou aos serviços financeiros, com consequências relevantes.
9. Os programas de educação financeira devem focar, particularmente, aspectos importantes do planejamento pessoal, como a poupança e a aposentadoria, o endividamento e a contratação de seguros.
10. Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, adequando-se a grupos específicos, e elaborados da forma mais personalizada possível.

Como podemos perceber, a educação financeira tem um papel fundamental dentro do contexto socioeconômico, já que está inserida no cotidiano da sociedade. E de acordo com a OCDE (2006), a educação financeira deve ser vista como um instrumento para o crescimento e estabilidade econômico. Pode-se afirmar que o

indivíduo tem consciência do valor e o lugar que o dinheiro ocupa no seu dia a dia e as atividades relacionadas aos recursos financeiros, como abrir uma conta bancária, contratar um seguro, comprar um carro, planejar o orçamento familiar, comprar ou financiar a casa própria, adquirir um plano de aposentadoria ou simplesmente pagar uma conta em um supermercado.

Questiona-se, então, quais são os objetivos da Educação Financeira. De um modo geral, os objetivos da Educação Financeira consistem na utilização, pelas pessoas, da tecnologia, dos conceitos de dinheiro e de como geri-lo. O objetivo é permitir que as pessoas mais informadas tomem decisões melhores em questão de finanças pessoais, e também tenham oportunidade de obter o básico de competências relacionadas ao dinheiro, tais como: orçamento, poupança, empréstimos. Investindo na alfabetização financeira, torna-se possível ajudar as pessoas a definir metas financeiras e otimizar as suas opções financeiras. (AMADEU, 2009, p. 23).

Assim, a educação financeira proporciona ferramentas que permitam a administração dos recursos pessoais de forma que o indivíduo e a sociedade não se tornem escravos do dinheiro, e sim um consumidor consciente tanto para a tomada de decisões em investimento e para o consumo de produtos financeiros aos seus perfis de risco, às suas necessidades e às expectativas.

[...] a Educação Financeira ultrapassa a noção de se tratar de um simples instrumento de obtenção de informações financeiras e conselhos. Educação Financeira é um processo que estimula o desenvolvimento de conhecimento, aptidões e habilidades, transformando indivíduos e cidadãos críticos, informados sobre os serviços financeiros disponíveis e preparados para administrar suas finanças pessoais evitando ser manietados pelas propagandas que levam a um consumo desenfreado e ao seu consequente endividamento pessoal. (AMADEU, 2009, p. 25).

Por fim, a educação financeira é fundamental na sociedade brasileira, e nota-se que influência diretamente nas decisões econômicas dos indivíduos e da família. Pinheiro (2008) elenca a educação financeira como contribuinte para a estabilidade financeira dos sistemas econômicos, para o desenvolvimento de novos produtos e serviços com mais qualidade, a concorrência entre mercados e a inovação financeira e o auxílio a poupança, inclusive previdenciária, o que acrescenta liquidez aos mercados de capitais, aspecto chave para a promoção do crescimento, do emprego e do bem-estar social.

## 3.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

A vertente sobre o conhecimento da educação financeira no Brasil vem crescendo a cada dia frente ao contexto socioeconômico que aclama por pessoas mais conscientes e condizentes sobre os produtos financeiros disponíveis. Em vista disso, foi realizado um levantamento dos principais órgãos e entidades governamentais, instituições financeiras e segmentos da iniciativa privada que contribuem no que tange a educação financeira.

### 3.2.1 Banco Central do Brasil (BCB)

O Banco Central do Brasil (BCB), criado pela Lei 4.595, de 31.12.1964, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda, que tem por missão assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016a).

O BCB intitulou um programa sobre orientação financeira, alinhado junto a ENEF e ao Plano de Ação para o Fortalecimento do Ambiente Institucional, para as áreas de gestão de finanças pessoais, relacionamento do cidadão com o SFN e o relacionamento das instituições financeiras com o cidadão. Todo material de apoio sobre o ambiente de educação financeira está disponível no *site* (<https://cidadaniafinanceira.bcb.gov.br>), contendo ferramentas e cursos sobre as áreas relacionadas.

Cidadania financeira é um conceito relativo aos direitos e deveres do cidadão quando o assunto é sua vida financeira. Para o Banco Central do Brasil (BCB), educação, proteção e inclusão financeira contribuem tanto para a cidadania financeira como para a eficiência do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e para a manutenção da estabilidade econômica do País. Pensando nisso, o BCB criou o Cidadania Financeira, programa voltado para a promoção da educação financeira e o acesso a informações sobre SFN, e que visa garantir proteção aos consumidores de serviços financeiros e melhorar a qualidade do relacionamento do cidadão com as instituições do SFN. (BCB, 2016c).

Outro projeto de grande relevância dentro das políticas financeiras direcionadas pelo Banco Central é o BC Universidade, que tem como público alvo o estudante universitário visado pelo interesse de novos conhecimentos e por se demonstrar alto potencial de influência em suas famílias e amigos. Como destacado,

o BCB (2016d), “direcionado a todo público universitário, o BC Universidade tem como objetivo aproximar a autoridade monetária do estudante do ensino superior, utilizando-se, para isso, de linguagem simples, direta e com abrangência nacional”.

Como observado, o BCB apresenta grandes projetos voltados para área da educação financeira, englobando os jovens e adultos, sempre objetivando o relacionamento com as instituições do SFN, tais propostas são acessíveis a qualquer cidadão mediante o acesso a internet.

### **3.2.2 Comissão de Valores Mobiliários (CVM)**

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é uma entidade conhecedora e objetiva quando se trata de educação financeira, sempre aproximando crianças, jovens e adultos frente ao mercado e ao ambiente econômico, sejam através de programas, projetos, *blogs* e redes sociais. Sua ação é voltada para o conhecimento e aprofundamento sobre o mercado de ações é consistente.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) foi criada em 07/12/1976 pela Lei 6.385/76, com o objetivo de fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários no Brasil.

A CVM é uma entidade autárquica em regime especial, vinculada ao Ministério da Fazenda, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, dotada de autoridade administrativa independente, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, e autonomia financeira e orçamentária. (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2016c)

O Portal do investidor é um site regulamentado pela CVM, que apresenta informações acessíveis e úteis sobre planejamento financeiro e conceitos de investimento. É uma ferramenta que apresenta grande potencial de referência na área de finanças pessoais e os conceitos básicos de investimento. Segundo a CVM (2016a):

[...] compreendendo os conceitos básicos, mas muito importantes, sobre o porquê, como e quando investir, você estará em melhores condições para fazer suas escolhas financeiras, bem como entender e avaliar sugestões e recomendações de especialistas que atendem realmente ao seu interesse.

Outra grande iniciativa realizada pela CVM é disponibilizar um portal especializado em atender crianças e jovens, que varia dos 7 aos 14 anos, conhecido

como Projeto Educação Financeira para Crianças e Jovens. Neste espaço é disponibilizado temas da área financeira que são trabalhados com jogos, histórias em quadrinhos sempre com a iniciativa de construção de conhecimento e reflexão sobre o uso do dinheiro, consumo, poupança e o planejamento pessoal. De acordo com a CVM (2016b):

[...] chamar atenção para a importância de planejar, de tomar decisões no presente, pensando nas consequências no futuro, como a de lidar com os estímulos de consumo e de fazer escolhas financeiras (ou com impactos financeiros) é algo que pode ser realizado desde a infância.

Já para área acadêmica, a CVM disponibiliza um *blog* conhecido como “Penso, logo invisto?”, que visa estabelecer um canal de colaboração com a comunidade universitária, divulgando artigos científicos e temas para discussão. (CVM, 2014).

Sobre as ações movimentadas pela CVM frente à educação financeira, a mesma discorre sobre o tema no seguinte trecho:

A fim de orientar as pessoas na gestão de suas finanças, a CVM desenvolve iniciativas de Educação Financeira que, apesar de muito importantes para informar, têm se mostrado pouco eficazes para mudar hábitos, já que as decisões financeiras nem sempre são tão racionais quanto se pode supor. Por isso, a CVM passou a promover e a estimular estudos sobre comportamento financeiro no intuito de aprimorar suas iniciativas educacionais para, através delas, atuar de modo mais eficaz no incentivo à formação de poupança e à tomada de decisões financeiras mais informadas. (CVM, 2014).

### **3.2.3 Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)**

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Previc, é uma entidade governamental autônoma constituída sob a forma de autarquia especial vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, com a “finalidade de fiscalizar e supervisionar as entidades fechadas de previdência complementar e de executar políticas para o regime de previdência complementar”. (SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, 2016b).

O termo utilizado para conhecimento e entendimento da área educacional financeira, para Previc, é tratado como educação previdenciária, onde os estudos são voltados especialmente para o conhecimento da previdência complementar.

Como abordado pela Previc (2016a), a educação previdenciária é particularmente importante devido às características peculiares associadas, a esse produto financeiro, destacando carência da cultura de poupança a longo prazo do país; envelhecimento populacional e a complexidade e especificidade dos termos e conceitos relacionados ao setor.

No que tange a execução da educação financeira e Previdenciária, a Previc trabalha com a iniciativa de promover o conhecimento através das entidades fechadas, onde estas promovem programas para que seus participantes e assistidos entendam melhor os planos de benefícios e tomem decisões mais conscientes.

### **3.2.4 Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)**

A Superintendência de Seguros Privados, SUSEP, é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda e regida pelas diretrizes e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), é entendido como “órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro”. (SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS, 2016).

Tem como missão “regular, supervisionar e fomentar os mercados de seguros, resseguros, previdência complementar aberta, capitalização e corretagem, promovendo a inclusão securitária e previdenciária, bem como a qualidade no atendimento aos consumidores”. (SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS, 2016).

A SUSEP tem como atribuições:

1. Fiscalizar a constituição, organização, funcionamento e operação das Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Entidades de Previdência Privada Aberta e Resseguradores, na qualidade de executora da política traçada pelo CNSP;
2. Atuar no sentido de proteger a captação de poupança popular que se efetua através das operações de seguro, previdência privada aberta, de capitalização e resseguro;
3. Zelar pela defesa dos interesses dos consumidores dos mercados supervisionados;
4. Promover o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos operacionais a eles vinculados, com vistas à maior eficiência do Sistema Nacional de Seguros Privados e do Sistema Nacional de Capitalização;
5. Promover a estabilidade dos mercados sob sua jurisdição, assegurando sua expansão e o funcionamento das entidades que neles operem;
6. Zelar pela liquidez e solvência das sociedades que integram o mercado;
7. Disciplinar e acompanhar os investimentos daquelas entidades, em especial os efetuados em bens garantidores de provisões técnicas;

8. Cumprir e fazer cumprir as deliberações do CNSP e exercer as atividades que por este forem delegadas;
9. Prover os serviços de Secretaria Executiva do CNSP. (SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS, 2016).

### 3.2.5 Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)

A Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF – é uma mobilização multisetorial em torno da promoção de ações de educação financeira no Brasil. A estratégia foi instituída como política de Estado de caráter permanente, e suas características principais são a garantia de gratuidade das iniciativas que desenvolve ou apoia e sua imparcialidade comercial. O objetivo da ENEF, criada através do Decreto Federal 7.397/2010, é contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes. A estratégia foi criada através da articulação de 08 órgãos e entidades governamentais e quatro organizações da sociedade civil, que juntos integram o Comitê Nacional de Educação Financeira – CONEF. (ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, 2016b).

ENEF integra a importância da educação financeira no contexto atual brasileiro, através de ferramentas que agem na organização das contas, controle financeiro, planejamento do futuro ou mesmo trabalhar com o orçamento pessoal de forma que se evite a inadimplência. Dentro deste ambiente deve prevalecer o envolvimento de toda sociedade, ressaltando o interesse público.

Art. 2º A ENEF será implementada em conformidade com as seguintes diretrizes:

- I- atuação permanente em âmbito nacional;
- II- gratuidade das ações de educação financeira;
- III- prevalência do interesse público;
- IV- atuação por meio de informação, formação e orientação;
- V- centralização da gestão e descentralização da execução das atividades;
- VI- formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas; e
- VII- avaliação e revisão periódicas e permanentes. (BRASIL, 2010).

O Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef) é formado pelo Banco Central do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), Superintendência de Seguros Privados (Susep), Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Previdência Social, Ministério da Justiça, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais,

Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg) e pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban).

A necessidade de educar o cidadão brasileiro para enfrentar instrumentos e operações financeiras complexas e variadas, a ENEF trabalha com vários seguimentos do sistema financeiro, para que o cidadão compreenda os produtos e serviços financeiros disponíveis. Através do portal ([www.vidaedinheiro.gov.br](http://www.vidaedinheiro.gov.br)) o acesso à informação é acessível, destacando os principais produtos oferecidos aos consumidores como investimento, crédito, consumo, poupança, seguros, planejamento, previdência, e direitos e deveres. Dentro deste contexto, a ENEF trabalha com grupos específicos, contribuindo para a formação de crianças e jovens (ensino fundamental e médio), para adultos (aposentados e mulheres do bolsa família) e ações que envolve a sociedade como um todo.

[...] a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), com a finalidade de promover a educação financeira e contribuir para o fortalecimento da cidadania, para a eficiência e a solidez do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e para a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores. Os principais propósitos da educação financeira são ampliar a compreensão do cidadão quanto ao consumo, poupança e crédito, para que o indivíduo seja capaz de fazer escolhas conscientes quanto à administração de seus recursos financeiros. (BCB, 2016d).

Através da promoção da educação financeira, a ENEF pretende alcançar cidadãos conscientes com os serviços financeiros à disposição da sociedade, atribuindo assim responsabilidade pelas escolhas realizadas frente ao ambiente socioeconômico brasileiro. O acesso à informação é difícil, e falta conhecimento para compreender as características, os riscos e as oportunidades envolvidas em cada decisão. Assim pretende-se atingir com maior grau a comunicação sobre a vertente da educação financeira, para que o cidadão não se envolva em situações de inadimplência, e que ele seja capaz de assumir e entender as oportunidades frente aos riscos expostos.

### **3.2.6 Serasa Experian**

A Serasa é uma empresa privada e “líder global no fornecimento de informações, serviços de análise de crédito e marketing, auxiliando organizações e

consumidores a gerenciar os riscos e benefícios das decisões comerciais e financeiras”. (SERASA EXPERIAN, 2016, p. 7).

No campo da educação financeira, a instituição apoia e desenvolve projetos voltados à educação e conscientização através de notícias, jogos, simuladores e *softwares*. Todo o material disponível no site é de acesso fácil e voltado para todas as idades. Percebe-se que a Serasa apresenta grande material voltado para as dívidas do consumidor. Haja vista o mercado de atuação da empresa, que trabalha diretamente com informações de crédito e inadimplência, discorrendo sobre o assunto com grande relevância.

### **3.2.7 Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros (BM&FBOVESPA)**

A Bolsa oferece vasta gama de produto e serviços, conta com um modelo de negócio diversificado e integrado, oferecendo um sistema de segurança completo. Ciente da importância da educação financeira, a BM&FBOVESPA incentiva diversas ações por meio do Instituto Educacional, cabe destacar o programa Turma da Bolsa, Dinheiro no Bolso e TV Educação Financeira.

A BM&FBOVESPA é uma companhia que administra mercados organizados de Títulos, Valores Mobiliários e Contratos Derivativos, além de prestar serviços de registro, compensação e liquidação, atuando, principalmente, como contraparte central garantidora da liquidação financeira das operações realizadas em seus ambientes. (BM&BOVESPA, 2016b).

A Turma da Bolsa é um programa voltado para crianças de 7 a 10 anos, com o objetivo de estimular o aprendizado dos conceitos básicos de educação financeira. O aprendizado é via vídeos educacionais com temas relacionados ao consumo consciente, hábitos de poupança e mesada. De forma divertida com personagens engraçados e dinâmicos visando à explicação sobre assuntos do meio econômico de forma atrativa. (BM&FBOVESPA, 2016c).

O programa Dinheiro no Bolso é uma competição, que trata de forma sagaz e divertida sobre a importância da educação financeira no cotidiano do jovem, realizada pelo Canal Futura em parceria com a BM&FBOVESPA.

Visando estimular o consumo consciente e a responsabilidade de gestão de patrimônio nas novas gerações, a atração transmite, de forma lúdica e atrativa, conceitos sobre economia, finanças, investimento, mercado de

ações, crédito e empreendedorismo. A atração é comandada pelo apresentador e ator Rafael Losso e também conta com participações de diversos especialistas em educação financeira e mercado. (BM&FBOVESPA, 2016a).

Já a TV Educação Financeira é uma série de vídeos com conteúdos instrutivos que simplifica o mercado, a economia e a arbitragem das finanças pessoais.

Aprenda a administrar suas finanças pessoais assistindo aos episódios da série, que foi produzida em parceria com a TV Cultura. Trata-se de uma ação pioneira no Brasil que aproveita o know-how e os recursos do Instituto Educacional BM&FBOVESPA, e aborda, de forma didática e por meio de uma linguagem fácil e de rápida assimilação, questões práticas do cotidiano como a organização do orçamento pessoal, estratégias para lidar com dívidas, e como começar a investir. (BM&BOVESPA, 2016d).

### **3.2.8 Instituições Financeiras**

O Sistema Financeiro Nacional possui diversas entidades que podem ser classificadas como instituições financeiras. Dentre elas se destacam os bancos múltiplos, comerciais, de investimento e de desenvolvimento, as agências de fomento, as cooperativas de crédito, as financeiras (sociedades de crédito, financiamento e investimento), as companhias hipotecárias, entre outras. (PIMENTEL; CAMBRIA, 2012, p. 17).

#### *3.2.8.1 Banco do Brasil*

“A missão do Banco do Brasil é ser um banco de mercado, competitivo e rentável, atuando com espírito público em cada uma de suas ações junto à sociedade”. (BANCO DO BRASIL, 2016b).

Hoje, o BB é um conglomerado financeiro de ponta, que vem aos poucos se ajustando à estrutura de um banco múltiplo tradicional, embora ainda opere, em muitos casos, como agente financeiro do Governo Federal. É o principal executor da política oficial de crédito rural. Conserva, ainda, algumas funções que não são próprias de um banco comercial comum mais típicas de parceiro principal do Governo Federal na prestação de serviços bancários. (FORTUNA, 2015, p. 25).

A educação financeira está visada no uso responsável do crédito, informando os clientes sobre os diversos tipos de crédito disponível. Dentro deste contexto o banco oferece cursos e informações através do Portal Tá na Hora (<http://www.dinds.com.br/>), com o objetivo de oferecer conhecimento sobre os

produtos e serviços oferecidos por ele, bem como sobre finanças pessoais, planejamento financeiro e dicas de como economizar e cuidar do orçamento familiar. (BB, 2016a).

O Portal “Tá na Hora” consiste em uma ferramenta eletrônica capaz de medir as receitas e despesas pessoais, auxiliando o cliente a melhorar o uso consciente do dinheiro, além de oferecer uma ajuda extra para realizar algum objetivo ou sonho onde envolve o uso do dinheiro. A ferramenta é capaz de fornecer informações pertinentes à economia do dinheiro através do perfil do cliente. (BB, 2016a).

### 3.2.8.2 Caixa Econômica Federal

No que concerne a Educação Financeira, a Caixa oferece uma gama de iniciativas educacionais para a vida dos brasileiros, trabalhando com informações sobre a administração do dinheiro tanto para pessoa física quanto jurídica. O banco “apoia inúmeras atividades artísticas-culturais, educacionais e desportivas garantindo um lugar de destaque no dia a dia das pessoas, pois acredita que pode fazer o melhor pelo país e por cada um de seus habitantes”. (CAIXA, 2016).

Desde que foi criada, em 1861, a Caixa sempre buscou ser mais que apenas um banco, mas uma instituição realmente presente na vida de milhões de brasileiros. Ela é, por exemplo, o agente responsável pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), pelo Programa de Integração Social (PIS) e pelo Seguro-Desemprego, institutos tão presentes na vida do trabalhador formal. Aparece ainda no momento de ajudar a população, através dos programas sociais do governo, como o Bolsa Família – que beneficia mais de 13 milhões de brasileiros, FIES e Programa Minha Casa Minha Vida. (CAIXA, 2016).

Através da iniciativa educacional, a Caixa tem o compromisso de levar o conhecimento para os brasileiros através de vídeos, cartilhas e *podcast*, com informações atuais e de grande relevância no mercado financeiro. Sempre atuando de forma simples conscientizando o cliente sobre juros, inflação, crédito e investimento.

Os principais pontos sobre a educação financeira consistem na alocação de informação através dos conceitos básicos, administre seu dinheiro, saia do vermelho e planeje seu futuro.

### 3.2.8.3 Bradesco

A educação financeira vista pelo banco Bradesco consiste na ampla oferta de cursos e notícias sobre o mercado financeiro, planejamento pessoal e controle do orçamento. Disponibiliza ferramentas de apoio como: gerenciadores financeiros, ferramentas de controle orçamentário, *Tv Home Broker* além de *chat* ao vivo com especialistas na área financeira.

O Bradesco é um dos maiores grupos financeiros do Brasil, com sólida atuação voltada aos interesses de seus clientes desde 1943. Além da excelência em serviços, destaca-se por ser um dos melhores gestores de recursos do mercado, com resultados construídos sobre bases sustentáveis. (BRADESCO, 2016).

Todo o material de apoio sobre a educação financeira instituída pelo banco é definido para organizar e controlar a vida financeira de seus clientes e para o público em geral. Ações que contemplam o momento financeiro, que consiste em soluções simples que abrangem a margem positiva, o empate e o endividamento do indivíduo perante a renda mensal.

As principais informações que se deve considerar sobre o conhecimento da área financeira, consistem na apresentação e explicação dos produtos e serviços financeiros, administração do dinheiro com consciência e o crédito responsável.

## 3.3 PLANEJAMENTO

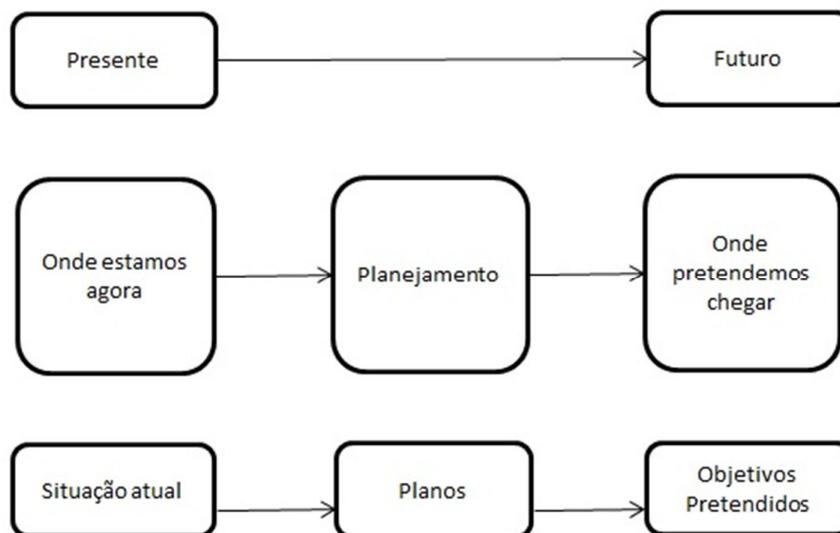
Segundo Chiavenato (2010, p.138) “as empresas não agem na base da pura improvisação, e nem querem depender da sorte ou do acaso. Tudo nelas é cuidadosamente planejado para que possa ser feito da melhor maneira possível. E da primeira vez e sem erro”. Conforme aborda o autor, não se deve depender da sorte, e se tratando de finanças pessoais o planejamento é uma técnica para lidar com a incerteza sobre o futuro e permitir conhecimento e desenvolvimento quando o assunto envolve a vida financeira.

Jucius e Schlender (1988) aborda o planejamento como uma função administrativa, que determina o avanço que um grupo deve fazer e quais metas devem ser atingidas. Para Chiavenato (2010, p.138) “o planejamento é a função

administrativa que determinam antecipadamente quais são os objetivos a ser atingidos e como deve fazer para alcançá-los da melhor maneira possível”.

Metas e objetivos são importantes requisitos para a elaboração de um bom planejamento pessoal. Para Daft (2010, p. 238) “as metas são importantes porque organizações existem para um propósito e as metas definem e afirmam esse propósito”. Assim as metas se figuram em um estado futuro que o indivíduo deseja alcançar, seja a compra de um carro, uma casa ou mesmo pequenas compras que permitem ao indivíduo o desejo e o ensejo pela conquista.

Figura 1 - As premissas básicas do planejamento.



Fonte: Chiavenato (2010, p. 138).

O planejamento age através de um roteiro que especifica a destinação de recursos, bem como a programação de reservas financeiras e outras ações necessárias para alcançar as metas estabelecidas. No entanto, o planejamento não pode prever o futuro, mas seu papel incide sobre eventos e problemas inesperados. Um bom planejamento favorece reservas para problemas futuros, garantindo assim conforto para o indivíduo.

No fundo, o planejamento lida com o futuro. Começa com a determinação dos objetivos e detalha os planos necessários para atingi-los com eficiência e eficácia. Assim, planejar significa definir os objetivos e escolher antecipadamente o melhor curso de ação para alcançá-los com o mínimo de esforço e custo. O planejamento define onde se pretende chegar, o que

deve ser feito para tanto, quando, como e em qual sequência. (CHIAVENATO, 2010, p. 138).

### 3.3.1 Planejamento Financeiro

O planejamento financeiro é um processo de administração de receitas e despesas que tem por utilidade indicar a situação econômica geral de uma pessoa ou empresa, objetivando tornar realidade os sonhos, desejos e financiamento. A partir de um planejamento financeiro, é possível definir quanto de dinheiro está disponível e, assim direcionar seu uso.

Segundo Gitman (1997, p. 589), o planejamento financeiro “é um aspecto importante para o funcionamento e sustentação da empresa, pois fornece roteiros para dirigir, coordenar, e controlar suas ações na consecução de seus objetivos”. Voltando o olhar para a educação financeira, vale ressaltar a importância do planejamento, já que os primeiros passos para uma boa administração pessoal começa com organizar e planejar.

Para Macedo Jr. (2007, p. 34) “organizar as contas também mostra a real dimensão de sua saúde financeira e quais são seus hábitos de consumo. Possibilita que você diminua seus gastos ao cortar desperdícios e pagamento de juros e poupe para investir em você”. Por consequência, qualquer pessoa necessita de um planejamento financeiro realista, para que possa crescer de modo saudável. E, por mais importante que seja a prática não coincidem com a realidade, muitos indivíduos ignoram sua relevância. Talvez esta seja a principal causa de muitos indivíduos estarem endividados.

E em um cenário econômico cheio de incertezas, o planejamento financeiro mostra-se como uma boa ferramenta para a boa gerencia, mas sim como algo necessário a sobrevivência financeira. Através do planejamento é possível traçar objetivos específicos que satisfaçam as necessidades; para planejar é preciso saber aonde quer ir e conseqüentemente partir da renda que se tem, e estabelecer as prioridades em seu orçamento.

De acordo com Lemes (2002 apud LUCION, 2005, p. 146).

O planejamento financeiro direciona a empresa e estabelece o modo pelo qual os objetivos financeiros podem ser alcançados. Um plano financeiro é, portanto, uma declaração do que deve ser feito no futuro. Em sua maioria, as decisões numa empresa demoram bastante para serem implantadas.

Numa situação de incerteza, isso exige que as decisões sejam analisadas com grande antecedência.

Conforme Bittencourt (2004), o planejamento é uma técnica administrativa que, através da análise do ambiente de um indivíduo, cria a percepção de oportunidades e ameaças, de seus pontos fortes e pontos fracos, e, com isso, estabelece a finalidade que o indivíduo deverá seguir para aproveitar as oportunidades e evitar as ameaças.

Por intermédio do planejamento financeiro, os objetivos estabelecidos para o crescimento atingem resultados satisfatórios. É essencial ter um bom conhecimento das receitas e despesas para uma análise da situação econômica e financeira, objetivando políticas de investimento e financiamento. O planejamento financeiro torna-se uma ferramenta indispensável para a atualidade.

### **3.3.2 Planejamento Financeiro Pessoal**

O planejamento financeiro pessoal é ordenar a vida financeira para atingir objetivos pessoais, ou seja, construir reservas financeiras e construir patrimônio que garanta fonte de renda suficiente para ter vida tranquila e confortável no futuro. A saúde financeira aqui é tratada de forma prática, no ato da escolha; onde se decide investir o dinheiro (bens e serviços) e conseqüentemente lidar com a consequência desse fato. É muitas vezes mais cômodo culpar o governo, a inflação, os juros altos do que adotarmos medidas que visem corrigir desvios.

O orçamento pode ser visto como uma ferramenta de planejamento financeiro pessoal que contribui para a realização de sonhos e projetos. Para que se tenha um bom planejamento, é necessário saber aonde se quer chegar; é necessário internalizar a visão de futuro trazida pela perspectiva de realização do projeto e estabelecer metas claras e objetivas, as quais geralmente precisam de recursos financeiros para que sejam alcançadas ou para que ajudem a atingir objetivos maiores. Por isso, é importante que toda movimentação de recursos financeiros, incluindo todas as receitas (rendas), todas as despesas (gastos) e todos os investimentos, esteja anotada e organizada. (BCB, 2013, p. 20).

O comportamento humano tem grande impacto no que tange o planejamento financeiro pessoal, já que o ser humano ao gastar seu dinheiro, sempre o faz com alguma finalidade específica. Considerando a importância de manter um controle e

acompanhamento de receitas e despesas para melhor aproveitamento na tomada de decisões, Cerbasi (2009, p. 5) afirma:

Quanto mais você aperfeiçoar sua organização financeira, menos dívidas terá na hora de fazer escolhas de consumo, investimentos e realizações pessoais, e mais eficientes serão suas escolhas. Além disso, quanto mais você exercitar sua organização financeira, mais disciplinada será sua vida e, com isso, mais organização você terá em outros níveis.

O controle e o planejamento financeiro pessoal permite saber o quanto se gasta e como se gasta o dinheiro todo mês, além de informar quais itens mais consomem parte da renda. De acordo com Santos (1984), o orçamento familiar ou pessoal é uma previsão de receitas (renda, juros, alugueis) e despesas num determinado período de tempo. Essa previsão permite que a pessoa visualize de forma organizada como estão suas contas no presente e como elas ficarão num determinado período de tempo á frente. E ao encontro do autor, é preciso analisar as despesas mais significativas, com a finalidade de descobrir possibilidades de redução, ou mesmo, eliminação.

A organização financeira pessoal passa pela estruturação do fluxo de caixa, possibilitando a visualização das entradas e saídas de dinheiro no curto e médio prazo. Listar as despesas e comparar com as receitas é uma obrigatoriedade. Desse modo, é possível controlar e planejar com antecedência, os problemas de caixa que poderão surgir em consequência de reduções de receitas ou de aumento do volume de pagamentos.

Um fluxo de caixa familiar deve conter no mínimo os três componentes básicos: renda, consumo e poupança. Existem pessoas ou famílias que somente adotam os dois primeiros componentes, deixando a poupança de lado. O que acontece com essas pessoas? Elas simplesmente reduzem suas esperanças e a probabilidade de um dia melhorarem de vida, pois sempre dependerão exclusivamente do seu salário para viver, e este sempre será o limite do seu consumo. Quem adota os três componentes de um fluxo de caixa familiar, ou seja, incluindo a poupança, tem uma reserva de recursos que, se bem administrada, poderá ainda lhe ser uma fonte extra de renda, além de não depender do dinheiro dos bancos e incorrer em juros caso surja alguma despesa emergencial. A poupança é, ao mesmo tempo, uma reserva de segurança contra adversidades da vida e uma potencial fonte geradora de renda, possibilitando o planejamento financeiro de longo prazo. (GAVA, 2004 apud GRUSSNER, 2007, p. 33).

Entende-se que o fluxo de caixa familiar é o detalhamento mensal das despesas e rendas de uma pessoa ou família, ou seja, a entrada e saída de

dinheiro. O que comporta o planejamento pessoal, haja vista que apresenta a construção de reservas financeiras para atingir objetivos específicos de curto e em longo prazo. Convém ressaltar que sem um planejamento financeiro, os gastos serão sempre maiores do que se imagina.

### 3.4 DECISÕES DE CONSUMO, POUPANÇA E INVESTIMENTO

#### 3.4.1 Consumo

Cuidar da vida financeira remete a observar hábitos de consumo. O indivíduo não precisa necessariamente cortar gastos, mas analisar a forma como se usa o dinheiro. É importante para o indivíduo se questionar quanto as suas decisões de consumo, quanto aos melhores preços, condições de pagamento e qualidade de um produto antes de adquiri-lo.

Estamos em constante conflito entre o que desejamos adquirir e o que nossos recursos financeiros permitem. Tal conflito exige que planejemos nosso consumo. Os desejos são ilimitados, enquanto os recursos são limitados. Temos o conflito entre o consumir hoje ou poupar e postergar o consumo. Muitas vezes, queremos consumir mais do que nossa renda atual nos permite. Muitos não conseguem se controlar e acabam endividando de maneira irresponsável. Consumir não é errado; pelo contrário, o consumo atende nossas necessidades e nossos desejos. O consumo possibilita que alcancemos sonhos, como realizar uma viagem tão desejada. (BCB, 2013, p.35).

Cherobim e Espejo (2010, p. 2) relata a atitude do indivíduo quanto a sua renda, onde “sempre achamos que deveríamos ganhar melhor, independente da nossa fonte de renda, e raramente questionamos se não deveríamos gastar melhor”. Desse modo os autores sugerem a necessidade das pessoas aprenderem uma forma de melhor utilização dos recursos que auferem.

É importante questionar-se sempre se realmente precisa do produto ou se trata de um simples capricho; reflita sobre as reais necessidades; evite verificar as promoções se não for comprar, e entre apenas no estabelecimento se realmente a compra for interessante. Essas dicas simples de práticas financeiras já fazem parte do cotidiano, no entanto as pessoas não conseguem colocá-las em prática. Isso apenas facilita a compra de produtos desnecessários que provavelmente levarão ao

endividamento pessoal, acarretando em empréstimos predatórios com altas taxas de juros.

Cerbasi (2009, p. 89) cita os benefícios da boa utilização do crédito:

Usar empréstimo e financiamentos de vez em quando não só trás a oportunidade de conhecer esse serviço financeiro como também cria um histórico interessante para futuras negociações com seu gerente ou analista de crédito. Para provar que você será bom usuário de crédito, é melhor mostrar um histórico bem-sucedido de uso, do que não ter o que mostrar para mostrar suas intenções.

No cenário atual, a busca pela satisfação através de produtos, tomou-se um rumo inquestionável, principalmente pelo acesso a produtos e serviços na internet, onde tudo está “a um clique”, neste caso, é importante ter controle sobre o consumo por impulso, já que a acessibilidade a promoções é maior, fortalecendo a compra. Comprar não é errado, de tal maneira que deve ser realizado de forma consciente e responsável, sempre com o olhar no que se pode gastar para se evitar dívidas que poderão não ser pagas.

Para o consumo eficiente, o planejamento financeiro pode ser uma ferramenta prática e acessível que permite aos indivíduos o controle de seus gastos. E ao referir ao planejamento como um fator para se alcançar objetivos, Cerbasi (2009) evidencia que tudo está ao alcance dos indivíduos, quando estes tem vontade de fazer alguma coisa, como viajar, comprar um carro, comprar eletrodomésticos, comprar um celular etc. O referido autor dá dicas de como alcançar esses objetivos. “Definir exatamente essas metas de consumo, o prazo em que irá realizá-las e o custo, em consenso com sua família, é fundamental para consegui-las em menos tempo e com menos dinheiro”. (CERBASI, 2009, p. 73).

Cerbasi comenta a importância de adquirir o conhecimento financeiro ao colocar que “com nossa limitada educação financeira faz do crédito um conceito vago e abstrato para a maioria das pessoas, é em torno do mau uso deste que as instituições financeiras montam sua estratégia e realizam seus lucros no Brasil”. E ainda sugere que, “quanto mais bem avaliado for nosso crédito, mais limites teremos no cheque especial e no cartão de crédito, mas baratos serão nossos juros, menos tarifas pagaremos, mais mimos receberemos de nossos bancos e prestadores de serviços financeiros”. (CERBASI, 2009, p. 89).

Saber fazer o uso do crédito pessoal é vantagem para o indivíduo, visto que apenas favorece o consumo de bens e serviços que irão proporcionar melhor condição de vida e cobrir eventuais dívidas emergenciais que possam ocorrer. Logo é importante analisar o que realmente é necessário para contrair empréstimos e fazer o uso do crédito para não prejudicar a renda familiar.

Cherobim e Espejo (2010, p. 39) evidenciam que:

Dívidas não são um problema em si mesmo, se bem registradas e proporcionais ao orçamento familiar, podem levar a família a viver melhor e com mais conforto. A grande restrição às dívidas é em relação ao seu pagamento ou quando o pagamento das dívidas passa a absorver grande parte dos rendimentos da família.

Para evitar as dívidas remanescentes de consumo desenfreado é importante ter uma mudança de hábito, que permite consumir mais e melhor, mas, para isso, é necessário ter disciplina. E a disciplina começa por intermédio da organização e o planejamento. Com o planejamento financeiro é possível viver em equilíbrio, consumir de forma consciente, usar o crédito de forma responsável, poupar, investir, organizar a carreira profissional e ampliar o patrimônio. Sem devida consciência do consumo, não é possível alcançar um controle financeiro, já que não há limites de gastos e sem saber e compreender no que se aplica o dinheiro é inevitável o endividamento.

Cherobim e Espejo (2010, p. 44) comentam acerca do comportamento inadequado que leva o consumidor a comprar por comprar:

Existem pessoas de consumo voraz, provocando uma corrida ao mercado de consumo muitas vezes movidas por impulso e pelas palavras do tipo “promoção”, “oferta”, “50% de desconto”, entre outras. O imediatismo e o consumo desenfreado de itens nem sempre tão necessários dificultam ainda mais a sobrevivência do salário até o final do mês. Não importa se você ganha R\$500,00 ou R\$5.000,00; a insatisfação será a mesma, pois os desejos de consumo diferem de pessoa para pessoa.

Portanto, o consumo deve estar alinhado à qualidade de vida que o indivíduo espera ter no presente e no futuro, somente com a consciência dos gastos e receitas é possível ter um equilíbrio financeiro. E aplica-se aos produtos e serviços consumidos, pela busca de maior vantagem financeira e conseqüentemente uma vida financeira saudável. E por mais dificuldades que o indivíduo venha a enfrentar,

o planejamento adequado favorece, que seja a curto período a resolução do problema, até que consiga receitas para cobrir o inesperado.

### **3.4.2 Caderneta de Poupança e Investimento**

Um dos investimentos mais procurados e utilizados pela maioria das pessoas que tem contas em bancos é a caderneta de poupança. De acordo com Fortuna (2015, p. 272) “é a aplicação mais simples e tradicional, sendo uma das poucas, senão a única em que se podem aplicar pequenas somas e ter liquidez, apesar da perda de rentabilidade para saques fora da data de aniversário da aplicação”.

A poupança é a parcela da renda economizada pelos agentes econômicos que não foi consumida na aquisição de bens e serviços. É a postergação da capacidade de consumo diante de uma expectativa de maiores dispêndios no futuro. Na avaliação da poupança, costuma-se incluir, também, a parcela da renda gerada, mas que não foi transferida financeiramente para seus proprietários. Por exemplo, os lucros retidos pelas empresas. (ASSAF NETO, 2014, p. 6).

De acordo com Banco Central do Brasil (2013), a poupança se caracteriza pela diferença entre receitas e despesas, e o investimento é a aplicação dos recursos que poupamos, com a possibilidade de obtermos uma remuneração por essa aplicação. Deste modo a caderneta de poupança é um tipo de investimento, e poupança proveniente das sobras financeiras.

A aplicação em caderneta de poupança é considerada um investimento de baixo risco, onde o capital investido dificilmente será perdido, ao contrário de alguns investimentos onde o retorno, ou mesmo o capital investido, pode ser perdido. O capital aplicado na caderneta de poupança é remunerado mensalmente a uma taxa  $0,5\% + TR$  sobre o valor aplicado. A TR (Taxa Referencial) é uma taxa de juros calculada por intermédio de uma média ponderada do rendimento dos CDBS (Certificado de Depósito Bancário) das principais instituições financeiras do país.

Os depósitos em caderneta de poupança são certamente a forma mais tradicional e popular de investimento (e de poupar recursos) no Brasil. Os valores depositados em caderneta de poupança são remunerados com base na taxa referencial (TR), acrescida de juros de  $0,5\%$  ao mês. Os valores depositados e mantidos em depósito por prazo inferior a um mês não recebem nenhuma remuneração e a TR utilizada é aquela do dia do depósito. Não existe incidência de imposto de renda sobre os rendimentos, as instituições bancárias não podem cobrar tarifa de manutenção da conta

poupança e os recursos têm liquidez imediata (podem ser resgatados a qualquer momento). (PIMENTEL; CAMBRIA, 2012, p. 18).

Em suma, a poupança deve ser aliada ao planejamento financeiro pessoal, onde se deve preocupar em poupar reservas financeiras, não somente pensando nos objetivos, mas através de problemas e infortúnios caso venham a ocorrer em determinados períodos onde somente a renda não é suficiente para sanar as dívidas. E dentro deste contexto, habituar-se há poupar todo mês fortalece e alimenta a economia do país.

A poupança realimenta todo o processo produtivo por meio dos diversos instrumentos do mercado de capitais. Os intermediários financeiros captam a poupança disponível e a reconduzem ao sistema produtivo da economia mediante diversas formas de créditos, contribuindo para a expansão do nível de investimento e oferta de bens e serviços. (ASSAF NETO, 2014, p. 7).

Já o investimento implica em reter maior rentabilidade através da aplicação do capital, ou seja, quem investe tem como objetivo ganhar dinheiro. Atualmente no mercado existem vários tipos de investimento de acordo com o perfil de cada indivíduo, logo é visto que a educação financeira é essencial para fornecer informações como, significado de liquidez, risco e rentabilidade bem como todas as informações necessárias que precisam ser conhecidas antes de investir. De imediato, ainda surgem muitas dúvidas sobre esse mercado e muitas vezes os consumidores não se sentem encorajados a realizarem esse tipo de compromisso devido à falta de conhecimento. Vale ressaltar que um consumidor consciente e com as informações certas a economia tende a se beneficiar.

### 3.5 ENDIVIDAMENTO

A facilidade de compra, parcelamento fácil, cartão de crédito, cheque, carnês, crédito direto, e o consumismo vem aumentando entre todas as classes sociais. Hoje o apelo ao consumo é a principal causa de endividamento entre os indivíduos. Partindo deste ponto, a má administração financeira está entre o principal fator de endividamento.

Para Ferreira (2006), endividamento tem sua origem no verbo endividar-se, o que significa contrair dívida. Dependendo do nível de endividamento, os indivíduos

podem comprometer parte significativa de sua renda, o que muitas vezes leva-os a não cumprir com suas obrigações financeiras.

Em reportagem para Infomoney, Nunes (2009) refere-se à palavra endividamento como recursos financeiros emprestados pelo indivíduo, o que possibilita que as pessoas possuam bens e serviços. Sem esse empréstimo o indivíduo demoraria muito para adquirir se precisasse juntar dinheiro. O mesmo autor relata que este não é o problema, mas sim as altas taxas de juros que são cobradas para se ter o uso do dinheiro.

Nunes (2009) discorre sobre as dívidas:

Um fator que complica ainda mais essa situação é que muitas pessoas não analisam sua necessidade antes de se endividar. A “regra de ouro” é evitar que as parcelas dos empréstimos tomados ultrapassem 25% da renda mensal familiar, ou, então, o tomador do empréstimo terá dificuldades em arcar com as despesas básicas.

Para BCB (2013), toda vez que consumimos e compramos algo que não pagamos naquele momento, estamos assumindo uma dívida. É importante neste ponto levantar a importância do planejamento financeiro, pois através dele será possível verificar o valor comprometido do total da renda com dívidas. “Quando não conseguimos pagar as dívidas assumidas, já estamos em um patamar de endividamento muito preocupante, que é o endividamento excessivo”. (BCB, 2013, p. 30).

Em pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) ao anunciar a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), mostrou que no ano de 2015 o percentual de endividados alcançou a média 61,1% do total das famílias brasileiras. Um fator muito preocupante, já que um quarto das famílias tem mais de 30% da renda comprometida com dívidas. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO, 2015).

Ao fazer referência às escolhas incompatíveis com o nível de renda que conduzem as pessoas ao endividamento, Cerbasi (2009) sugere que qualquer que seja o motivo que levou a pessoa ao endividamento, a causa básica é sempre a falta de provisões.

O endividamento não é favorável para sociedade e muito menos para o indivíduo, o que acarreta em consequências financeiras, como perda de patrimônio, comprometimento da renda com pagamento de juros e multas, redução do consumo

etc. O resultado do endividamento em excesso é a inadimplência, ou seja, o indivíduo não consegue pagar compromissos financeiros até a data de vencimento.

Cherobim e Espejo (2010, p. 38) sugerem o acompanhamento das dívidas através de planilhas. Explicam que “todas as dívidas, pequenas ou grandes, vencidas ou a pagar, devem estar registradas e separado na planilha de orçamento pessoal”.

Portanto, ter consciência da realidade do orçamento disponível para consumo é um fator predominante, no que tange o endividamento, já que o elevado grau de dívidas acaba em geral comprometendo a qualidade de vida.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesse capítulo será abordado a relação do desemprego a cerca do endividamento familiar, fazendo referência à importância da educação financeira para o contexto atual da economia brasileira.

A análise será efetuada através de pesquisa bibliográfica, reportagens do Serasa Experian e pesquisas da CNC, BCB, Boa Vista SCPC e IBGE.

### 4.1 O DESEMPREGO E O ENDIVIDAMENTO

A principal causa apontada pelo endividamento excessivo é a má administração financeira, tanto pessoal quanto familiar, não saber com clareza quanto se gasta é preocupante, principalmente pelo atual cenário econômico brasileiro apresentando altos índices de desemprego, não acompanhar o orçamento, não observar para onde o dinheiro está indo, não planejar e não verificar as despesas. Inevitavelmente acaba-se gastando mais do que se tem.

Os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), revelam um aumento marcante na taxa de desemprego. A taxa de desemprego atingiu 10,9% na média do trimestre móvel de janeiro a março de 2016, comparada à média trimestre móvel de outubro a dezembro 2015 que era 9%, cresceu significativamente 1,9 ponto percentual. Conforme mostra a figura abaixo.

Figura 2 – Taxa de Desocupação – Brasil – 2012/2016.

Trimestre móvel		2012	2013	2014	2015	2016
1º	nov-dez-jan	...	7,2	6,4	6,8	9,5
2º	dez-jan-fev	...	7,7	6,8	7,4	10,2
3º	jan-fev-mar	7,9	8,0	7,2	7,9	10,9
4º	fev-mar-abr	7,8	7,8	7,1	8,0	
5º	mar-abr-mai	7,6	7,6	7,0	8,1	
6º	abr-mai-jun	7,5	7,4	6,8	8,3	
7º	mai-jun-jul	7,4	7,3	6,9	8,6	
8º	jun-jul-ago	7,3	7,1	6,9	8,7	
9º	jul-ago-set	7,1	6,9	6,8	8,9	
10º	ago-set-out	6,9	6,7	6,6	8,9	
11º	set-out-nov	6,8	6,5	6,5	9,0	
12º	out-nov-dez	6,9	6,2	6,5	9,0	

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2016, p. 3).

De acordo com o IBGE, no trimestre móvel de janeiro a março de 2016, há cerca de 11,1 milhão de pessoas desempregadas no Brasil. Esta estimativa correspondia no trimestre de outubro a dezembro de 2015, cerca de 9,1 milhões de pessoas desocupadas, representando um acréscimo de 22,2% ou mais 2 milhões de pessoas desocupadas.

Segundo o IBGE (2015), o nível de ocupação no trimestre móvel de janeiro a março de 2016 é de 54,7%, comparado ao mesmo período no ano anterior, teve uma retração de 1,4 ponto percentual, sendo 56,2% para 2015. No mesmo ano referente ao trimestre móvel de outubro a dezembro de 2015, o nível de ocupação representou 55,9%, representando uma retração de 1,2 ponto percentual frente ao trimestre móvel de janeiro a março de 2016. De acordo com a PNDC 2016, representa um contingente de 90,6 milhões de pessoas ocupadas. Observou-se também a retração de 1,7% desta população, comparada com o trimestre de outubro a dezembro de 2015.

Figura 3 – Nível da Ocupação – Brasil – 2012/2016.

Trimestre móvel		2012	2013	2014	2015	2016
1º	nov-dez-jan	...	56,8	57,1	56,7	55,5
2º	dez-jan-fev	...	56,5	57,0	56,4	55,1
3º	jan-fev-mar	56,3	56,3	56,8	56,2	54,7
4º	fev-mar-abr	56,7	56,5	56,8	56,3	
5º	mar-abr-mai	57,0	56,8	56,8	56,2	
6º	abr-mai-jun	57,1	56,9	56,9	56,2	
7º	mai-jun-jul	57,0	57,0	56,8	56,1	
8º	jun-jul-ago	57,1	57,0	56,7	56,0	
9º	jul-ago-set	57,2	57,1	56,8	56,0	
10º	ago-set-out	57,2	57,1	56,9	56,1	
11º	set-out-nov	57,2	57,3	56,9	55,9	
12º	out-nov-dez	57,1	57,3	56,9	55,9	

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2016, p. 4).

#### 4.1.1 Pesquisa CNC

Pesquisa realizada pela CNC apontou através do Peic 2015 o nível de endividamento, sendo 61,1% do total das famílias brasileiras, apresentou uma leve queda comparada ao ano anterior 61,9%. Apesar da redução do endividamento, os indicadores de inadimplência da pesquisa apresentaram alta em 2015. Em comparação com 2014, a média anual do percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso obteve 20,9% do total em 2015, ante 19,4% do ano anterior. Outro indicador de importância realizado pela CNC é o percentual de famílias que declararam não ter condições de pagar suas dívidas em atraso e que, portanto, permaneceriam inadimplentes. A média anual do percentual destas famílias alcançou 7,7% do total em 2015, ante 6,3% do ano anterior.

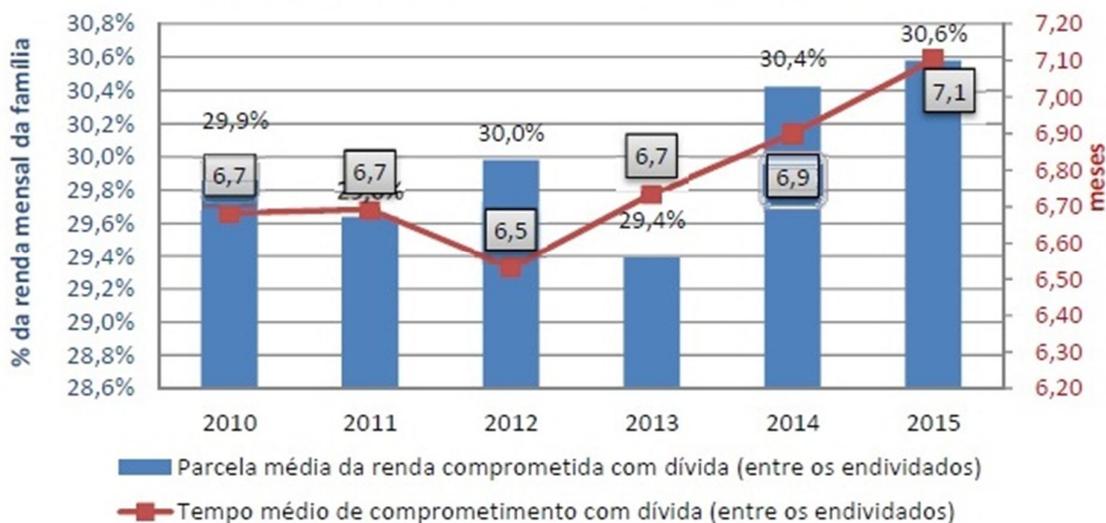
Tabela 1 – Principais indicadores – faixa de renda.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Peic (Percentual do total) – Média anual</b>						
<b>Famílias endividadas</b>	<b>59,1%</b>	<b>62,2%</b>	<b>58,3%</b>	<b>62,5%</b>	<b>61,9%</b>	<b>61,1%</b>
Até 10 s. m.	60,9%	63,7%	59,5%	64,0%	63,5%	62,4%
Acima 10 s. m.	47,9%	53,3%	51,1%	55,2%	54,2%	54,8%
<b>Famílias com conta em atraso</b>	<b>25,0%</b>	<b>22,9%</b>	<b>21,4%</b>	<b>21,2%</b>	<b>19,4%</b>	<b>20,9%</b>
Até 10 s. m.	26,8%	24,6%	23,1%	23,6%	21,7%	23,4%
Acima 10 s. m.	13,2%	12,8%	11,7%	10,9%	9,8%	10,1%
<b>Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso</b>	<b>8,8%</b>	<b>8,0%</b>	<b>7,1%</b>	<b>6,9%</b>	<b>6,3%</b>	<b>7,7%</b>
Até 10 s. m.	9,8%	8,8%	8,0%	8,1%	7,4%	9,0%
Acima 10 s. m.	3,2%	3,3%	2,8%	2,7%	2,2%	2,8%

Fonte: Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic Nacional) (CNC, 2015, p. 5).

É importante destacar o comprometimento da renda com dívidas, de acordo com a CNC (2015, p. 4), “houve crescimento do comprometimento da renda com o pagamento mensal das dívidas, o que evidencia aumento do custo do crédito em relação à renda familiar”. A alta do tempo médio das famílias com dívidas, que passou de 6,9 meses, em 2014, para 7,1 meses em 2015. A parcela média da renda mensal comprometida com o pagamento de dívidas passou de 30,4% para 30,6% no período.

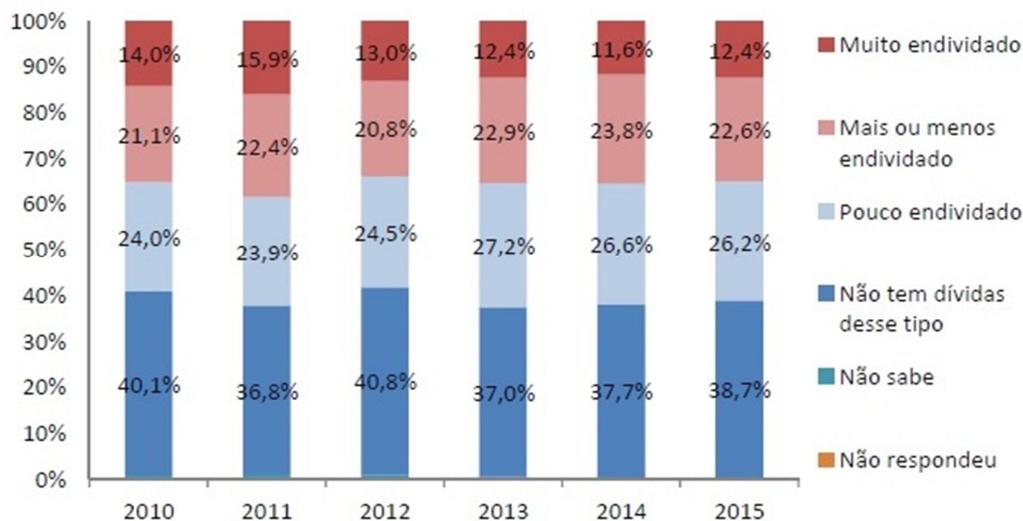
Figura 4 – Comprometimento com dívidas – tempo x renda.



Fonte: Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic Nacional) (CNC, 2015, p. 4).

Independentemente da redução no número de endividados houve agravamento na percepção de uma parcela das famílias em relação ao seu nível de endividamento. Acompanhando o aumento do comprometimento da renda com o pagamento das dívidas, a média anual do percentual de famílias que relataram estar muito endividadas aumentou de 11,6%, em 2014, para 12,4% em 2015. Adicionalmente, na mesma base de comparação, 26,2% informaram estar pouco endividadas em 2015, ante 26,6%.

Figura 5 – Percepção de endividamento.



Fonte: Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic Nacional) (CNC, 2015, p. 4).

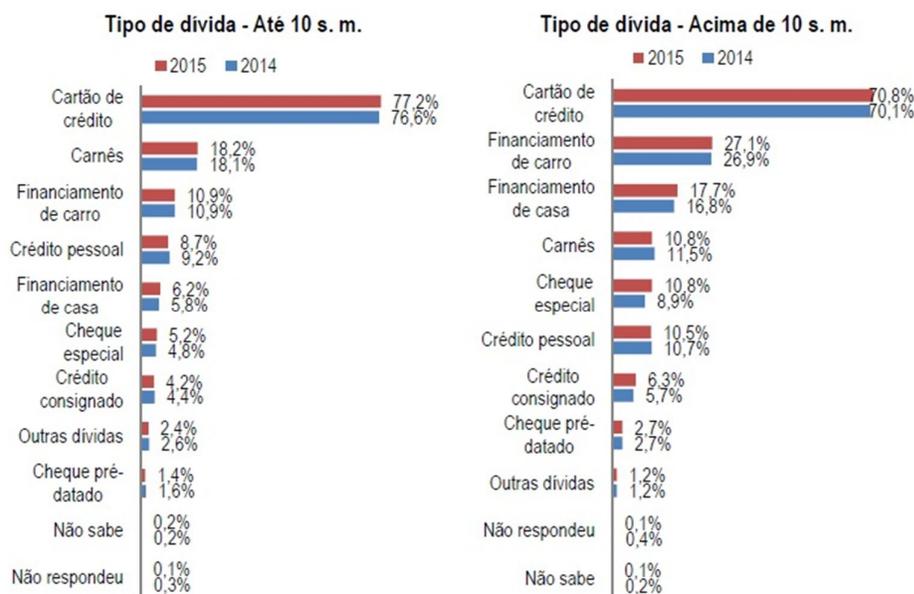
Pesquisa realizada pela CNC apontou que a principal dívida da família brasileira está concentrada no cartão de crédito com 76,1%, inevitavelmente é a parcela que mais sofre com as altas taxas de juros cobradas toda vez que se parcela a fatura ou paga o mínimo. Perder o controle da dívida do cartão de crédito é mais comum, devido à praticidade da utilização e a aceitação em quase todos os estabelecimentos comerciais. Em segundo lugar, ficou o carnê, apontado por 16,9% das famílias, e, em terceiro, o financiamento de carro, por 13,7%.

Tabela 2 – Tipos de dívida – 2010-2015.

Tipo de Dívida	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Cartão de crédito	70,9%	72,7%	73,6%	75,2%	75,3%	76,1%
Cheque especial	8,3%	6,8%	6,2%	6,2%	5,6%	6,2%
Cheque pré-datado	4,0%	3,0%	2,7%	2,2%	1,8%	1,7%
Crédito consignado	3,9%	3,9%	4,0%	5,2%	4,7%	4,6%
Crédito pessoal	11,3%	10,8%	11,3%	10,5%	9,5%	9,0%
Carnês	25,0%	22,0%	19,8%	18,7%	17,0%	16,9%
Financiamento de carro	10,3%	10,0%	11,5%	12,2%	13,8%	13,7%
Financiamento de casa	3,2%	3,5%	4,5%	6,1%	7,8%	8,3%
Outras dívidas	2,5%	3,1%	2,2%	2,5%	2,3%	2,2%
Não sabe	0,2%	0,2%	0,3%	0,2%	0,2%	0,1%
Não respondeu	0,3%	0,5%	0,3%	0,3%	0,3%	0,1%

Fonte: Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic Nacional) (CNC, 2015, p. 3).

Figura 6 – Tipos de dívida - por salário mínimo.



Fonte: Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic Nacional) (CNC, 2015, p. 5).

Em 2015 o nível de endividamento das famílias brasileiras diminuiu. Um conjunto de fatores desfavoráveis ao consumo, entre os quais o crescimento mais modesto da oferta de crédito, o aumento da inflação ao consumidor e do poder de compra dos salários e o desaquecimento do mercado de trabalho, com redução do emprego e da renda dos

trabalhadores, pode explicar a redução do número de famílias com dívidas. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO, 2015, p.6).

Apesar da redução do nível de endividamento, houve aumento do número médio de famílias com dívidas em atraso. No ponto de vista do pagamento das dívidas e contas em atraso também piorou, e um número maior de famílias declarou que permaneceriam inadimplentes. Entre as famílias que declararam estar endividadas, o tipo de endividamento mais citado foi o cartão de crédito. Porém, com o enfraquecimento do mercado de trabalho, com redução do emprego e renda, a parcela média da renda das famílias comprometida com dívidas aumentou, o que está relacionado à maior dificuldade por parte destas pessoas em pagar suas contas. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO, 2015).

#### **4.1.2 Pesquisa BCB**

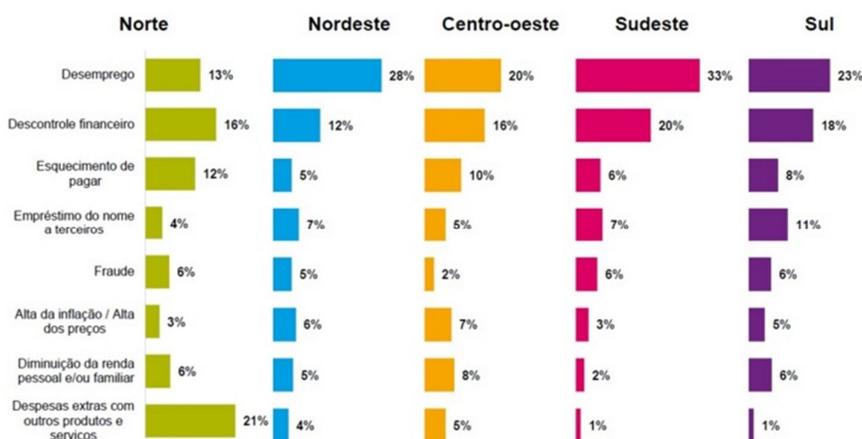
Em pesquisa realizada pelo BCB entre agosto e outubro de 2014, apontou fatos significativos sobre o endividamento. A pesquisa mostrou os indícios para o endividamento excessivo, como: fatos inesperados, perda de emprego ou renda, doença própria ou de familiares, gravidez não programada, separação conjugal; falta de planejamento financeiro, compras por impulso, excesso de parcelamento, uso de linhas de crédito de forma impulsiva e descontrolada; e empréstimo do nome, retirar empréstimo ou financiamento em nome próprio para terceiros. (BCB, 2016b).

Outro fator que chamou a atenção na pesquisa realizada pelo BCB é em relação à linha de crédito, os entrevistados acreditam que quando usado de forma consciente este item financeiro apresenta benefícios, no entanto, quando o uso é de forma inconsciente torna-se um problema. No estudo preliminar constatou algumas “armadilhas”, termo abordado pelos entrevistados, tais como: excesso de linhas de crédito, com ofertas ostensivas; falta de informações claras sobre as condições de operações; concessão ou aumento de limites acima da capacidade de pagamento sem solicitação e pagamento do valor mínimo da fatura. (BCB, 2016b).

### 4.1.3 Pesquisa Serasa Consumidor

Com o aprofundamento da crise econômica no Brasil, o desemprego é apontado como principal motivo para que o consumidor deixe de pagar suas dívidas. O desemprego se tornou o vilão da inadimplência dos brasileiros. É o que aponta pesquisa realizada pelo Serasa Consumidor com 8.288 consumidores nas agências da Serasa no país, realizada em 2015, apontou que para 26% dos inadimplentes a perda do emprego é a explicação para as contas atrasadas. O segundo motivo é o descontrole financeiro (17%), seguido pelo esquecimento de pagar (7%), o empréstimo do nome para terceiros (7%) e despesas extras com serviços, educação e saúde (7%). Na sequência, fraude (5%), alto dos preços (5%), diminuição da renda pessoal e ou familiar (5%). Os motivos “atraso de salários” e “doença e ou morte na família” corresponderam a 3% cada. O restante (15%), não identificou o motivo, não soube ou não quis responder. (SERASA EXPERIAN, 2015).

Figura 7 – Causa da inadimplência dos brasileiros.



Fonte: Serasa Consumidor (2015)

De acordo com a pesquisa divulgada pela Serasa, identificou que apenas a região Norte não menciona o desemprego como a principal razão para as dívidas não pagas, sendo, as despesas extras com produtos e serviços justificam para 21% dos inadimplentes locais. No sudeste, a porcentagem de pessoas que culpa o desemprego pela inadimplência é de 33%. O Nordeste vem em segundo, com 28%, seguido pelo Sul, com 23% e o Norte, com 13%. (SERASA EXPERIAN, 2015).

#### 4.1.4 Pesquisa Boa Vista SCPC

O desemprego é apontado como principal causador da inadimplência em pesquisa realizada pela Boa Vista SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito) referente ao primeiro trimestre de 2016, onde 41% dos entrevistados não conseguiram pagar suas dívidas em consequência do desemprego. A diminuição da renda foi o segundo motivo causador da inadimplência, com 18%. Em sequência descontrola financeiro, com 15%, seguido de empréstimo do nome a terceiros, com 11%, esquecimento de pagar, com 7% e despesas extras com saúde e educação, com 5%. (BOA VISTA SCPC, 2016b)

O desemprego tem afetado mais famílias que ganham até três salários e entre três e dez salários mínimos, com 49% e 34% das menções, impossibilitando-as de conseguirem pagar suas contas. A pesquisa apontou o percentual de pessoas que declararam possuir apenas uma conta em atraso com 49%, outros 17% com quatro contas ou mais em atraso.

A Boa Vista SCPC (2016a) mostra que 29% dos consumidores declararam que o valor devido nas contas em atraso não ultrapassava R\$ 500,00 (quinhentos reais). E ao aumentar o valor para até R\$1 mil (um mil reais) o percentual passa para 50% das menções. Para 16% dos consumidores as contas vencidas ultrapassam o valor de R\$ 5 mil (cinco mil reais).

#### 4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Percebe-se que nas três pesquisas mencionadas neste trabalho, BCB (2014), Serasa Consumidor (2015) e Boa Vista SCPC (2016a) apontam que um dos principais fatores do endividamento das famílias brasileiras é causado pelo desemprego. Mas será que a perda do emprego é o principal vilão para o endividamento?

Figura 8 – Comparação dos indícios do endividamento entre as pesquisas realizadas.

INDÍCIOS DO ENDIVIDAMENTO	BCB 2014	SERASA EXPERIAN 2015	BOA VISTA SCPC 2016
Perda do Emprego	✓	✓	✓
Diminuição da Renda	✓	✓	✓
Falta de Planejamento	✓		
Compras por Impulso	✓		
Empréstimo do nome a terceiros	✓	✓	✓
Descontrole Financeiro		✓	✓
Esquecimento de Pagar		✓	✓
Atraso recebimento do salário/aposentadoria			✓
Linhas de Crédito	✓		
Excesso de Parcelamento	✓		
Despesas extras com serviços, educação e saúde		✓	✓

Fonte: Elaborada pela autora.

Constatou-se ao longo deste trabalho a menção da educação financeira, como uma ferramenta de grande importância no contexto do atual cenário econômico brasileiro. Surge à preocupação e a necessidade da população acerca das orientações sobre a utilização do dinheiro, seja para fins de endividamento ou para realização de algum objetivo.

A identidade financeira é como a pessoa se vê e como os outros a veem quanto à questão de dinheiro. Conseguir usar a inteligência financeira, controlando emoções e tendo uma ótima programação mental, a pessoa terá um bom comportamento o que levará ao sucesso financeiro que será refletido na sua identidade financeira. (MELO, 2011, p. 59).

Em muitas situações, a falta de controle dos recursos, muitas vezes impulsionada pela facilidade na oferta e tomada de crédito, por parte das pessoas, produzem efeitos desagradáveis. As pessoas que não possuem conhecimento adequado ou mínimo sobre suas finanças tem apresentado como carência a adesão ao consumismo, recorrendo gastos acima da renda. Não entender os conceitos básicos sobre finanças pessoais levam com facilidade as pessoas ao endividamento.

O consumismo baseado no modismo, na satisfação a qualquer custo de desejos e o estímulo das propagandas instigando as pessoas a terem um padrão de vida não compatível com a realidade delas, fazem ser difícil resistir aos apelos e fazem as pessoas irem assumindo cada vez mais dívidas, não poupando e gerando stress, problemas familiares e desequilíbrios psíquicos. (MELO, 2011, p. 67).

A educação financeira a cada dia se torna mais importante e essencial, na vida de todas as pessoas e famílias. Decisões como a compra de um carro, casa, investir na educação, poupança e previdência privada exigem cada vez mais conhecimento em finanças pessoais.

Os indivíduos sempre foram responsáveis pela administração do seu dinheiro, como utilizá-lo e em que utilizar. No entanto, a atual situação econômica do Brasil vem causando preocupação a toda parcela da população que depende do seu próprio trabalho para garantir qualidade de vida. E a crescente queda de emprego apresentando um contingente de 11,1 milhões de pessoas desempregadas fortalece cada vez mais a preocupação em manter um equilíbrio financeiro.

Pode-se evidenciar que o problema do endividamento familiar não é causado exclusivamente pelo desemprego, como apontado nas pesquisas, mas sim pela falta de preparo e planejamento por parte das pessoas, em manter reservas financeiras para eventuais problemas, como a desocupação.

Parece ser simples, e é, conseguir o equilíbrio da equação financeira. Diminua até elimine alguns de seus gastos, faça sacrifício, ao invés de comprar a prestação e ter agora, poupe e compre no futuro a vista, melhore sua renda através de qualificação profissional para ter um emprego melhor ou mudar de cargo na empresa, procure renda extra com trabalhos de fim de semana, venda de produtos aos amigos ou qualquer outra atividade. (MELO, 2011, p. 67)

Em pesquisa realizada pelo Serasa Consumidor através do Indicador de educação financeira (IndEF) de 2015, que tem como objetivo mostrar, a cada ano, o nível de educação financeira no Brasil, atingiu nota 7,7 nesta edição. No entanto, apesar do índice informar que o consumidor está mais informado, a nota do comportamento em relação às finanças ficou em 5,5. Isso evidencia que o consumidor vem adquirindo informação no que tange a educação financeira, mas não coloca em prática. O que reflete na economia do país e na vida do cidadão.

Para o cidadão, a educação financeira é importante pela crescente oferta de produtos financeiros. Os consumidores hoje estão despreparados na escolha de

taxas de juros entre diferentes instituições financeiras para empréstimos e poupança, com grande variação de opções. Ao mesmo tempo, o risco e responsabilidade sobre as decisões financeiras que trarão grande impacto na vida do indivíduo, como a aposentadoria, que a cada dia mais é responsabilidade do trabalhador e não do governo e empregadores.

De acordo com a OCDE (2006) o indivíduo que não é capaz de fazer escolhas financeiras diretas ou investimentos por eles mesmos, estão propensos a risco e fraude, se não são financeiramente educados. Já os indivíduos que possuem informação e se tornam financeiramente educados, eles tendem a desafiar os prestadores de serviços financeiros para desenvolver produtos que realmente respondem suas necessidades, e que tendem a apresentar efeitos positivos em investimento e crescimento econômico.

Para países emergentes, segundo a OCDE (2006) os consumidores financeiramente instruídos podem ajudar o setor financeiro, com a contribuição efetiva para o crescimento real da economia e a redução da pobreza. Já para países desenvolvidos, ajuda a garantir aos consumidores a economizar o suficiente para proporcionar um rendimento adequado, evitando altos níveis de dívidas que podem resultar em falência.

É importante destacar o papel da educação financeira, no entendimento deste trabalho. Pessoas educadas financeiramente conseguem realizar operações financeiras com consciência, ou seja, possuem clareza da vida financeira individual, como familiar e por isso faz-se o consumo de bens e serviços com tranquilidade, além de possuir reservas financeiras para eventuais problemas que possam ocorrer futuramente, como exemplo, o desemprego, uma doença ou a quitação de dívidas. Finanças pessoais e familiar começam com as anotações de cada despesa e o rendimento dos indivíduos. O planejamento financeiro torna-se uma ferramenta indispensável para conquistas futuras, bem como entender o orçamento familiar. A educação financeira começa com a atitude e disciplina em gerir a própria renda e fazer o bom uso do dinheiro.

## 5 CONCLUSÃO

Diante do exposto, a educação financeira é fundamental na sociedade brasileira atual, visto que influencia diretamente nas decisões econômicas dos indivíduos e de suas famílias. O presente trabalho teve por objetivo destacar a importância da educação financeira com o propósito de obter conhecimento para a tomada de decisões de consumo, poupança e investimento e ao mesmo tempo obter informações a cerca do endividamento familiar, propiciando a colaboração no processo de desenvolvimento econômico do país.

Dada ao contingente de informações do mercado financeiro e a facilidade de crédito no Brasil. Pode-se afirmar que o indivíduo tem consciência do valor e o lugar que o dinheiro ocupa no seu dia a dia e as atividades relacionadas aos recursos financeiros, como comprar uma casa, planejar uma viagem em família, planejar o estudo dos filhos, abrir uma conta em banco, adquirir um plano de aposentadoria etc. A variedade de produtos financeiros disponíveis no mercado para sanar pequenos problemas que ocorrem no percurso da vida é grande, no entanto necessita de conhecimento para entender e adquirir as melhores ofertas.

Nesse contexto verificou-se a importância da educação financeira no intuito de obter conhecimento necessário para as tomadas de decisões financeiras, como a caderneta de poupança, sendo o maior produto financeiro adquirido pelos brasileiros e ao consumo de produtos e serviços que devem ser conscientes e mais responsáveis, que possibilitem a participação no processo de desenvolvimento econômico do país.

A educação financeira ultrapassa as barreiras de se tratar apenas como instrumento de obtenção de informações financeiras, mas sim, um processo que fortalece o desenvolvimento do conhecimento e habilidades, transformando indivíduos em cidadãos críticos, informados sobre a variedade de serviços financeiros disponíveis no mercado e preparados para administrar suas finanças pessoais. O objetivo é permitir que as pessoas que detenham a informação possam fazer bom uso, que tomem melhores decisões em questão de finanças pessoais e possam contribuir para um mercado mais competitivo e eficiente.

Por consequência, a atual situação econômica do Brasil é de estagnação. A crise econômica de 2016 consta como fato para toda a sociedade. Hoje a economia

brasileira passa por grandes mudanças e em momentos de incertezas afeta significativamente todas as empresas brasileiras e investidores, que deixam de fazer investimentos no mercado, fortalecendo o contingente de desocupações pelo país, que acarretam aproximadamente em 11,1 milhões de pessoas desempregadas.

Neste trabalho foi apresentado que a principal causa apontada para o endividamento é o desemprego. Mas como explicar o endividamento das famílias brasileiras?

A facilidade de compra, o uso do cartão de crédito sem restrição, cheques, carnês, financiamentos, e o consumismo vem aumentando entre todas as pessoas. Hoje o apelo ao consumo é a principal causa do endividamento entre os indivíduos. O consumismo baseado no modismo, na satisfação imediata, leva pessoas a terem um padrão de vida não compatível com a realidade, ocasionando cada vez mais em dívidas. Diante do exposto, a má administração financeira está entre o principal fator do endividamento.

O endividamento parte do princípio da falta de planejamento, ou seja, o indivíduo não espera que aconteça um problema em sua vida e por isso não tem a cultura de poupar todo mês, e acaba usando toda a renda disponível para saciar desejos impulsionados pelo consumismo. Indivíduos educados financeiramente são capazes de fazer o bom uso do dinheiro, aproveitando o hoje, mas pensando no futuro.

Portanto, o planejamento financeiro pessoal é preparar a vida financeira para atingir objetivos pessoais, construir reservas e construir patrimônio que garanta fonte de renda suficiente para ter uma vida tranquila e confortável. O endividamento pessoal e familiar está associado a diversos fatores, como os apontados neste trabalho, destacando claramente que para muitas pessoas o desemprego é o principal vilão. Entendemos que saber fazer o uso do dinheiro, deter de conhecimento sobre os produtos financeiros disponíveis no mercado e entender sobre finanças pessoais, são ótimas estratégias para lidar com eventuais dívidas.

## REFERÊNCIAS

AMADEU, J. R. **A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento**: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2009. Disponível em: <[http://apeclx.unoeste.br/tede/tde\\_arquivos/1/TDE-2011-05-19T144356Z-214/Publico/Dissertacao.pdf](http://apeclx.unoeste.br/tede/tde_arquivos/1/TDE-2011-05-19T144356Z-214/Publico/Dissertacao.pdf)>. Acesso em: 01 dez. 2015.

ASSAF NETO, A. **Mercado Financeiro**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de educação financeira**: gestão de finanças pessoais. Brasília: BCB, 2013. 72p. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno\\_cidadania\\_financeira.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf)>. Acesso em: 02 maio 2016.

\_\_\_\_\_. **História do BC**. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/Historia/HistoriaBC/historia\\_BC.asp](http://www.bcb.gov.br/pre/Historia/HistoriaBC/historia_BC.asp)>. Acesso em: 24 mar. 2016a.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa qualitativa sobre o processo de endividamento**. 2016b. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pec/appron/apres/Pesquisa\\_Endividamento.pdf](http://www.bcb.gov.br/pec/appron/apres/Pesquisa_Endividamento.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2016.

\_\_\_\_\_. **Programa Cidadania Financeira**: Educação, proteção e inclusão financeira da população brasileira. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/progcidadaniafinanceira.asp>>. Acesso em: 24 mar. 2016c.

\_\_\_\_\_. **O Programa de Educação Financeira do Banco Central**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/bcuniversidade/introducaoPEF.asp>>. Acesso em: 24 mar. 2016d.

BANCO DO BRASIL. **Educação financeira**: uso responsável do crédito. Disponível em: <[http://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/voce/produtos-e-servicos/educacao-financeira#/>](http://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/voce/produtos-e-servicos/educacao-financeira#/)>. Acesso em: 06 mar. 2016a.

\_\_\_\_\_. **Missão do BB**. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/page3,136,3526,0,0,1,8.bb?codigoMenu=204&codigoNoticia=34958&codigoRet=1061&bread=1>>. Acesso em: 06 mar. 2016b.

BITTENCOURT, C. M. G. **Finanças pessoais versus finanças empresariais**. 2004. 85f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/6506>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BM&FBOVESPA. **Dinheiro no bolso**. Disponível em:  
<[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/educacional/educacao-financeira/dinheiro-no-bolso/](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/educacional/educacao-financeira/dinheiro-no-bolso/)>. Acesso em: 18 mar. 2016a.

\_\_\_\_\_. **Sobre a BM&FBOVESPA**: quem somos. Disponível em:  
<[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/a-bm-fbovespa/institucional/quem-somos/](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/a-bm-fbovespa/institucional/quem-somos/)>. Acesso em: 18 mar. 2016b.

\_\_\_\_\_. **Turma da bolsa**: apresentação. Disponível em:  
<[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/educacional/educacao-financeira/turma-da-bolsa/apresentacao/](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/educacional/educacao-financeira/turma-da-bolsa/apresentacao/)>. Acesso em: 18 mar. 2016c.

\_\_\_\_\_. **TV educação financeira**. Disponível em:  
<[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/educacional/educacao-financeira/tv-educacao-financeira/](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/educacional/educacao-financeira/tv-educacao-financeira/)>. Acesso em: 18 mar. 2016d.

BOA VISTA SCPC. **Desemprego dispara como principal motivo da inadimplência**. Boa Vista, 04 abr. 2016. Disponível em:  
<<http://www.boavistaservicos.com.br/noticias/pesquisas/desemprego-dispara-como-principal-motivo-da-inadimplencia/>>. Acesso em: 10 maio 2016a.

\_\_\_\_\_. **Perfil do consumidor inadimplente**: 1º trimestre de 2016. Disponível em:  
<<http://www.boavistaservicos.com.br/wp-content/uploads/2016/04/perfil-consumidor-inadimplente-1otrim16.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016b.

BRADESCO. **Sobre o Bradesco**. Disponível em:  
<<http://banco.bradesco/html/classic/sobre/>>. Acesso em: 06 mar. 2016.

BRASIL. Decreto nº7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, dispõe sobre sua gestão e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 dez. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm)>. Acesso em: 24 mar. 2016.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Sobre a Caixa**: apresentação. Disponível em:  
<<http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/apresentacao/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 06 mar. 2016.

CERBASI, G. **Como organizar sua vida financeira**: inteligência financeira pessoal na prática. 4. reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CHEROBIM, A. P. M. S.; ESPEJO, M. M. S. B. (Org.). **Finanças pessoais**: conhecer para enriquecer! São Paulo: Atlas 2010.

CHIAVENATO, I. **Administração**: teoria, processo e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Penso, logo invisto?** Pesquisa e debates sobre a racionalidade das decisões financeiras. CVM, 22 ago. 2014.

Disponível em: <<http://pensologoinvisto.cvm.gov.br/estudos-comportamentais-na-cvm/>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Portal do investidor**: introdução. Disponível em: <[http://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/primeiros\\_passos/introducao.html](http://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/primeiros_passos/introducao.html)>. Acesso em: 24 mar. 2016a.

\_\_\_\_\_. **Portal infantil**. Disponível em: <<http://www.portaldoinvestidor.gov.br/galerias/Atividades/PortalInfantil/index.html>>. Acesso em: 24 mar. 2016b.

\_\_\_\_\_. **Sobre a CVM**. Disponível em: <[http://www.cvm.gov.br/menu/aceso\\_informacao/institucional/sobre/cvm.html](http://www.cvm.gov.br/menu/aceso_informacao/institucional/sobre/cvm.html)>. Acesso em: 24 mar. 2016c.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Endividamento e inadimplência do consumidor**: o perfil de endividamento das famílias brasileiras em 2015. Disponível em: <[http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/perfil\\_de\\_endividamento\\_das\\_familias\\_brasileiras\\_em\\_2015.pdf](http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/perfil_de_endividamento_das_familias_brasileiras_em_2015.pdf)>. Acesso em: 14 abr. 2016.

DAFT, R. L. **Administração**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **Conceito de Educação Financeira no Brasil**. 2016a. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/pagina-23-no-brasil.html>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Quem somos e o que fazemos**. Disponível em: <[http://www.vidaedinheiro.gov.br/pagina-29-quem\\_somos\\_e\\_o\\_que\\_fazemos.html](http://www.vidaedinheiro.gov.br/pagina-29-quem_somos_e_o_que_fazemos.html)>. Acesso em: 19 mar. 2016c.

FERREIRA, R. **Como planejar, organizar e controlar seu dinheiro**: manual de finanças pessoais. São Paulo: Thomson IOB, 2006.

FORTUNA, E. **Mercado financeiro**: produtos e serviços. 20. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2015.

GITMAN, L. **Princípios da administração financeira**. São Paulo: Harbra, 1997.

GRÜSSNER, P. M. **Administrando as finanças pessoais para criação de patrimônio**. 2007. 101 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/21978>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores IBGE**: pesquisa nacional de amostra de domicílios continua março 2016. Disponível em: <[http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_](http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_)

Domicilios\_continua/Mensal/Comentarios/pnadc\_201603\_comentarios\_20160429\_104000.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.

JUCIUS, M. J.; SCHLENDER, W. E. **Introdução à Administração**: elementos de ação administrativa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1988.

LUCION, C. E. R. Planejamento financeiro. **Revista Eletrônica de contabilidade**, v. 1, n. 3, p. 142-160, 2005. Disponível em: <<http://periodicos.ufsm.br/index.php/contabilidade/article/view/142>>. Acesso em: 05 maio 2016.

MACEDO JR., J. S. **A árvore do dinheiro**: guia para cultivar sua independência financeira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MELO, F. A. **Desenvolva sua inteligência financeira**. Goiânia: Kelps, 2011.

MIGUELES, C. **Pesquisa**: por que administradores precisam entender isso? Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

NUNES, F. F. Endividamento x inadimplência: você sabe a diferença entre os termos? **Infomoney**, 13 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/minhas-financas/noticia/1644226/endividamento-inadimpl-ecirc-ncia-voc-ecirc-sabe-diferen-ccedil-entre>>. Acesso em: 15 maio 2016.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **The importance of financial education**. July 2006. Policy Brief. Disponível em: <<http://www.oecd.org/finance/financial-education/37087833.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

PIMENTEL, R. C.; CAMBRIA, M. Estrutura do sistema financeiro nacional. In: LIMA, J. S.; LIMA, G. A. S. F.; PIMENTEL, R. C. (Coord.). **Curso de mercado financeiro**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. Cap. 2.

PINHEIRO, R. P. **Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão**. São Paulo: Peixoto Neto, 2008. Disponível em: <[http://www.mps.gov.br/arquivos/office/3\\_090420-113416-244.pdf](http://www.mps.gov.br/arquivos/office/3_090420-113416-244.pdf)>. Acesso em: 01 dez. 2015.

SAITO, A. T.; SAVOIA, J. R. F.; PETRONI, L. M. A educação financeira no Brasil sob a ótica da Organização de Cooperação e Desenvolvimento econômico – OCDE. **IX SEMEAD. Administração no Contexto Internacional. Seminários em Administração FEA-USP**, 2006. Disponível em: <[http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado\\_semead/trabalhosPDF/45.pdf](http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/45.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2016.

SANTOS, E. O. **Administração financeira da pequena e média empresa**: manual do investidor do Instituto de Estudos Financeiros (IEF). São Paulo: Atlas, 1984.

SERASA EXPERIAN. **Desemprego é a principal causa da inadimplência dos brasileiros, aponta pesquisa inédita da Serasa**. 09 dez. 2015. Disponível em: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/desemprego-e-a-principal-causa-da-inadimplencia-dos-brasileiros-aponta-pesquisa-inedita-da-serasa/>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **A gente trabalha para você crescer**. Disponível em: <<https://www.serasaexperian.com.br/serasaexperian/ftp/Livreto-Serasa-Experian-Web.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

SERASA CONSUMIDOR. **Brasileiro aprende sobre finanças, mas não reflete no comportamento**. Disponível em: <<http://www.serasaconsumidor.com.br/nivel-de-conhecimento-do-brasileiro-sobre-educacao-financeira-aumenta-mas-ainda-nao-se-reflete-no-comportamento/>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS. **A SUSEP**: apresentação. Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/menu/a-susep/apresentacao>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. **Educação financeira e previdenciária**. Disponível em: <<http://www.previc.gov.br/sobre/educacao-previdenciaria/educacao-financeira-e-previdenciaria>>. Acesso em: 20 mar. 2016a.

\_\_\_\_\_. **A Previc**. Disponível em: <<http://www.previc.gov.br/sobre/institucional/a-previc-1>>. Acesso em: 20 mar. 2016b.

VIEIRA, S. F. A.; BATAGLIA, R. T. M.; SEREIA, V. J. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná. **Revista de Administração da Unimep**, Piracicaba, v. 9, n. 3, p. 61-86, 2011. Disponível em: <<http://www.regen.com.br/ojs/index.php/regen/article/view/345>>. Acesso em: 01 dez. 2015.